

1



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13 **22^a Reunião da Câmara Técnica de Educação**
14 **Ambiental.**

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

2

Brasília/DF.

29 de Setembro de 2010.

(Transcrição ipso verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

3
44

45O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste) – Bom dia a
46todas e todos. Então, vamos dar início à 22ª reunião da Câmara Técnica de
47Educação Ambiental. Vamos iniciar com a abertura da sessão, leitura e
48aprovação dos resultados da 21ª reunião da Câmara Técnica. Eu queria
49oferecer a palavra para quem quiser se manifestar. Nilo, alguma consideração?
50Então, da Ordem do Dia item 3.1 o processo 02000003134/2005-21
51Recomendação para Centros de Educação Ambiental – CEA. O assunto é
52proposta de recomendação para regulamentação de educação ambiental
53interessada, interessada Diretoria Educação Ambiental/MMA, a tramitação a
54proposta foi pautada na 58ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
55e foi deliberada a devolução da matéria à Câmara de origem, foi elaborado um
56documento com quesitos que seriam respondidos pela Câmara Técnica. O
57Doutor José de Moraes Neto foi designado relator para acompanhar a próxima
58reunião da Câmara Técnica.

59

60

61A SRª. MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo do Ceará) – Eu queria
62dar uma sugestão somos a primeira vez que nós estamos participando a
63apresentação, gostaria que tivesse uma apresentação.

64

65

66O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste) – Pois não.
67Então, pode se apresentar Maria José começar por você.

68

69

70O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA) – Foi até bom
71fazer esse pedido de apresentação para lembrar os Conselheiros que as
72intervenções todas têm que ser feitas ao microfone, sempre que usar o
73microfone se apresentar antes o nome é a entidade para a agravação.

74

75

76A SRª. MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo do Ceará) – Maria
77José, representante do Governo do Estado do Ceará.

78

79

80A SRª. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA) – Kátia Perobelli, ANAMMA.

81

82

83A SRª. NAIR DE CARLOS DO RÊGO (CREA/CE) – Nair de Carlos. Estou
84vindo pelo CONFEA, o CREA Ceará.

85

86

87O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA) – José Marcius. Eu sou do
88Ministério do Meio Ambiente.

89

90

5

91 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Nilo Diniz,
92 diretor do DCONAMA.

93

94

95 **O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (Entidades Ambientistas da**
96 **Região Norte)** - Alan Amorim, Novos Curupiras, entidades ambientalista da
97 região Norte.

98

99

100 **O SR. CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS (DEA/MMA)** –
101 Claudison Rodrigues, diretor do Departamento de Educação Ambiental do
102 Ministério do Meio Ambiente.

103

104

105 **O SR. AGNALDO MENDONÇA DE LIMAS (ANAMMA Sul)** – Agnaldo Limas,
106 ANAMMA Sul.

107

108

109 **A SR^a. APARECIDA DEMONER RAMOS (ANAMMA Sul)** – Aparecida
110 Demoner, ANAMMA Sul.

111

112

113 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Antônio Henrique
114 representando a Confederação Nacional do Comércio.

115

116

117 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Paulo
118 Maluhy, Oca Brasil ONG, representante da região Centro-Oeste do CONAMA.
119 Então, podemos dar continuidade? Uma vez que o item 3.1, estamos
120 aguardando o Dr. José de Moraes Neto, vamos passar para o 3.2. De acordo?

121

122

123 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Em relação
124 ao resultado da reunião anterior, eu não sei se tem no computador esse
125 resultado, é porque passou sem aprovação, não foi lido e nem foi apresentado
126 resultado, eu acho que talvez até para informação dos membros da Câmara
127 Técnica que estão chegando hoje, que não participaram da reunião anterior,
128 não participaram de nenhuma reunião, talvez seja bom dar uma olhada só no
129 resultado rapidamente para primeiro aprová-lo e também para tomar pé do que
130 foi resolvido na reunião anterior. É só uma sugestão. É porque é o primeiro
131 item.

132

133

134 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Depois
135 aguardamos a chegada do Dr. José de Moraes. É o primeiro item do dia. E ele
136 é o relator. Então, vamos apresentar...

137

138

6

139 **SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Eu sou Renata do
140 Departamento de Apoio ao CONAMA. Eu sou a nova assessora técnica que
141 está coordenando essa Câmara Técnica de Educação Ambiental e foi uma
142 falha, minha realmente quando nós vamos aprovar esse resultado, eu não
143 participei de última reunião e não tinha checado que esse documento não está
144 aqui. Então, vamos ver se nós encontramos no disco virtual. Passa à frente.
145 Isso.

146

147

148 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então,
149 vamos para o item 3.2, é o processo 02000001478/2006-86. Recomendação
150 para a inserção da dimensão ambiental da administração pública, o assunto
151 recomendação para inserção da dimensão ambiental nas atividades
152 administrativas e operacionais da administração pública, interessada MMA, a
153 tramitação, a matéria foi aprovada em emenda na 11^a Câmara Técnica de
154 Educação Ambiental no dia 18 de fevereiro de 2009, não tendo sido pautada na
155 reunião subsequente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Devido ao
156 tempo que passou entende-se que a matéria deve ser revista pela Câmara
157 Técnica Educação Ambiental antes de ser pautada à Câmara Técnica de
158 Assuntos Jurídicos. O senhor Geraldo Abreu que está sendo representado pelo
159 senhor Marcius do Departamento da Cidadania e Responsabilidades
160 Socioambiental do DCRS, apresentará a nova minuta de Resolução,
161 incorporadas alteração advindas da agenda ambiental na Administração
162 Pública A3P. José Marcius, por favor.

163

164

165 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Bom dia novamente.
166 Senhor Presidente eu gostaria de saber só a forma de procedimento porque a
167 minuta já está pronta ali, está na tela, aí não sei se vocês querem que eu leia
168 até a parte de considerando ou já ir direto à parte onde nós modificamos. O
169 que vocês sugerem? Pode ir direto? Você acha Nilo que tem necessidade da
170 leitura?

171

172

173 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Se todos
174 estiverem de acordo ou se alguém quiser ficar a par, fazemos a leitura. Então,
175 pode fazer. Faz favor.

176

177

178 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – É o mesmo conteúdo
179 dessa primeira parte da proposta. O Conselho Nacional do Meio Ambiente,
180 CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 69.378 de 31
181 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 99.274 de 06 de julho de 90,
182 alterada pelo Decreto 3.942 de 27 de setembro de 2001, e tendo em vista o
183 disposto em seu regimento Interno e considerando os princípios de
184 sustentabilidade propostos na Agenda 21 Global de 1992 e a Agenda 21
185 Brasileira concluída em 16 de julho de 2002, como resultados trabalho de
186 consulta à sociedade brasileira, coordenados pela Comissão de Política de

187Desenvolvimento Sustentável, considerando a necessidade dentre a garantir a
188observância no âmbito...

189

190

191**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Só um
192momento. No caso desse, era da versão suja, esse parágrafo que você está
193lendo agora? Já incluiu como limpa.

194

195

196**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Não. Porque a versão
197limpa que foi encaminhada para nós a versão limpa.

198

199

200**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Porque
201esse parágrafo que você começou a ler seria da versão suja não é? Já é a
202contribuição não é isso?

203

204

205**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Essa parte aqui pelo
206menos que veio para nós.

207

208

209**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Está em
210vermelho está vendo? Na versão suja. Esse parágrafo que você começou a ler.
211Só para ver que versão que estou aqui com ela.

212

213

214**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Porque a versão que eu
215tenho aqui...

216

217

218**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Esse
219parágrafo que ele está lendo, considerando a necessidade de garantir
220observância...

221

222

223**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Eu entendi que era versão
224suja.

225

226

227**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Esse
228parágrafo em vermelho que você começou a ler aqui?

229

230

231**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Eu posso...

232

233

234 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Assim está
235 ok. Eu estou sugerindo porque eu quero saber se está dentro da suja ou limpa.
236 Então, é versão nova...

237

238

239 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – É uma versão nova.
240 Porque a versão limpa está em vermelho ali só como uma forma de...

241

242

243 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Então, a
244 versão nova. Nós não tivemos acesso a essa versão que você está lendo?

245

246

247 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Não.

248

249

250 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Agora ficou
251 compreendido. É a nova minuta, uma nova minuta. Desculpe.

252

253

254 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Estava no terceiro não é?
255 Considerando a necessidade de garantir a observância no âmbito da
256 Administração Pública, os princípios da Política Nacional de Meio Ambiente
257 estabelecida pela Lei 6.938 de 81 e da Política Nacional de Educação
258 estabelecida pela Lei 7.795/99. Considerando a importância e os órgãos
259 governamentais liderarem o processo de adoção de novos padrões de
260 desempenho ambiental e suas instalações prediais, operações e
261 procedimentos administrativos, tendo em vista a ampliação das experiências
262 desenvolvidas pelo A3P, Agenda Ambiental da Administração Pública no
263 âmbito do Governo Federal. Considerando que os governos são significativos
264 consumidores e também produtores de bens e serviços, o que através de uma
265 política de compras e de melhoria de desempenho ambiental, em suas
266 instalações prediais, operações e procedimentos administrativos podem
267 contribuir significativamente para que se alcancem padrões mais sustentáveis
268 de consumo e de produção. Considerando as recomendações feitas pelos
269 países membros durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio
270 Ambiente e Desenvolvimento em 92 quando a promoção de mudanças de
271 padrões de consumo e da revisão e melhoria das políticas governamentais de
272 aquisição e contratação de serviços e ainda no programa de trabalho adotado
273 pela decisão da terceira sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o
274 desenvolvimento sustentável ocorrida em maio de 2002. Considerando que a
275 melhoria do desempenho ambiental nas instalações, nas operações e nos
276 procedimentos governamentais pode ter efeitos positivos e benéficos que vão
277 além da esfera ambiental, incluindo a redução de recursos de operação, a
278 geração de empregos e renda e a ainda a oportunidade de novos serviços
279 ambientais. Considerando que o Brasil por ocasião de realização da 13ª
280 reunião dos Ministros de Meio Ambiente da América Latina e do Caribe no Rio
281 de Janeiro em 2002 inclui entre os seus temas ambientais estratégicos a

282 adoção de instrumentos voluntários de gestão ambiental importantes para
283 complementar e modernizar a atuação do setor público na gestão do meio
284 ambiente e incentivando tanto o setor privado como o setor público a
285 desenvolver ações de caráter preventivo, racionalizando o uso de recursos
286 naturais e minimizando a geração de resíduo. Então, nós recomendamos... Aí
287 tem... Nós fizemos duas propostas, a primeira que teria na antiga versão limpa
288 e que nós sugerimos em vermelho. Vocês querem que eu leia as duas ou
289 posso proceder? Já lê a nossa proposta?

290

291

292 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – É melhor ler
293 as duas, como é uma nova minuta seria (...) modificações.

294

295

296 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Os órgãos governamentais
297 federais, estaduais, distritais e municípios desenvolvam estratégias para a
298 melhoria contínua do desempenho ambiental, inclusive com inserção da
299 educação ambiental nas suas operações, procedimentos, ações nas
300 instalações prediais, incluindo aquelas relacionadas ao processo de tomada de
301 decisão. A nova proposta que os órgãos governamentais federais, estaduais,
302 distritais e municipais formulem estratégias para integrar esforços para
303 desenvolver projetos destinados à implementação da Agenda Ambiental na
304 administração pública, visando inserção da variável socioambiental no seu
305 cotidiano e na qualidade da vida do ambiente de trabalho. Que os governos
306 procurem. Item 2, então, aí foi inserido mais quatro propostas, além das que já
307 tinham sido objeto de discussão. Então, a primeira é promover a reflexão sobre
308 os problemas socioambientais, estimular a adoção de atitudes e procedimentos
309 que levem ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos a fim de
310 maximizar a eficiência dos serviços prestados, garantir a gestão integrada dos
311 resíduos pós-consumo e, inclusive a destinação ambientalmente correta e
312 melhorar a qualidade do ambiente do trabalho. Item A seria, identificar a
313 oportunidade de melhoria ambiental, estabelecendo metas e prazos para
314 otimização do uso da energia, água e materiais de expediente utilizados no dia
315 a dia das suas atividades, em particular por meio de ações de redução,
316 reutilização, reciclagem ou recuperação/reforma. Adoção e estratégia que
317 minimizem a geração de resíduos no designe na construção, em reformas e
318 nos descomissionamentos dos prédios governamentais e em suas instalações
319 de apoio. Estudar, estabelecer e implementar políticas de aquisição de bens e
320 a contratação de serviços ambientais saudáveis para uso do Governo. Adotar
321 princípios de gestão ambiental e educação ambiental, em particular abordagem
322 semelhantes ao sistema de gestão ambiental em cada estágio do
323 desenvolvimento das operações ocorridas em prédios próprios e nos ocupados
324 pelos órgãos de Governo. Estabelecer sistema apropriado para monitorar a
325 evolução e a avaliação das estratégias para melhoria do desempenho
326 ambiental nos órgãos do Governo. Adotar análises sistemáticas apropriadas
327 com avaliação econômica e dos procedimentos de avaliação de impacto
328 ambiental para selecionar, entre outros, projetos de investimentos públicos de
329 grande porte, instrumentos de incentivo voltados a eco eficiência e tecnologia

330que garantam melhor desempenho ambiental. Estabelecer mecanismos
331efetivos para consulta e cooperação entre instituições públicas para facilitar a
332inserção da dimensão ambiental em outros processos da tomada de decisão
333relativo às operações e instalações prediais governamentais. Promover a
334conscientização de serviços públicos sobre a questão ambiental por meio, por
335exemplo, por meio de estabelecimento e desenvolvimento de programas de
336treinamento, estímulo à conscientização por meio visual, disposições orais,
337palestras ou oficinas educativas entre outras. Programas de premiação e
338reconhecimento de boas práticas ambientais, normas e regulamento. Item I,
339operar e apoiar o desenvolvimento de projetos piloto envolvendo quanto
340apropriado o setor privado nas questões relativas às práticas da aquisição de
341bens e na contratação de serviços governamentais, na gestão ambientalmente
342corretas e nas operações e instalações prediais. Promover formas adequadas
343para a discussão, divulgação e troca das informações dadas e resultado dos
344esforços e ações voltadas à melhoria do desempenho ambiental nos órgãos
345governamentais, dando maior efetividade a essa recomendação. Item três, que
346os órgãos governamentais integrante do SISNAMA procurem, aí nós fizemos
347um acréscimo em vermelho, dar apoio aos demais órgãos governamentais que
348desejam implementar a Agenda Ambiental da Administração Pública, A3P, bem
349como promover ações de melhoria do desempenho ambiental nas operações,
350procedimentos e instalações prediais, entre outros promovendo o
351compartilhamento e informações, por exemplo, por meio da coleta e
352disseminação de boas práticas utilizadas por outras instituições. Monitorar,
353assessorar e promover a difusão de informações entre as instituições
354governamentais relativas às ações de implementação dessas recomendações.
355Principalmente produzindo relatórios técnicos sobre a evolução das ações e
356dos encontros técnicos sobre o tema ambiental. E elaborar relatórios técnicos
357executivos no seu nível administrativo que contenham informações sobre o
358andamento das ações adotadas pelo órgão do Governo em nível local,
359identificando as barreiras e os obstáculos encontrados na implementação
360dessas ações, a cada dois anos a contar da adoção dessa recomendação.
361Foram essas as recomendações que nós... As inserções que nós fizemos
362nessa recomendação, nós acreditamos que é além do caráter político que o
363CONAMA dá, aceitar essas propostas, nós como Governo Federal vê um peso
364muito importante porque além da questão hoje que está sendo trabalhada a
365A3P no âmbito o Governo Federal e a disseminação que está sendo feita nos
366Estados e Municípios, com o peso hoje de uma recomendação do CONAMA
367acredito que vai ficar ainda mais fácil, não sei a palavra certa e fácil, mas ficar
368internalizada essa questão da A3P, os três órgão, entidades do Governo. Muito
369obrigado.

370

371

372**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então, essa
373matéria ela tem por objetivo ser revista pela Câmara Técnica antes de ser
374pautada na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então, eu acho que nós
375colocamos essa matéria aqui para ser analisada pelos Conselheiros e assim a
376palavra para se manifestar. Por favor. Pois não, Nilo.

377

379O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA) – Eu estou
380vendo com mais calma essa proposta agora, na verdade, ainda não tinha visto
381porque ela chegou agora, eu vejo assim, num primeiro olhar com a
382apresentação que foi feita, eu acho que tem duas tarefas a Câmara Técnica.
383Uma de conteúdo, quer dizer verificar essas inserções que é essa aí que está
384apresentando, se a Câmara acolhe, como já tem um tempo que a matéria
385passou pela Câmara talvez aplique também em olhar os demais, mesmo os
386antigos incisos que têm o texto, talvez verificar e ajustar com essas novas
387inserções para evitar redundância e também prolixidade, muito texto, muita
388repetição, porque às vezes indiretamente, não estou dizendo que está tendo,
389mas talvez verificar se há repetições. Agora, além disso, tem o problema
390formal, eu acho que no final da discussão de conteúdo vai precisar ter uma
391formatação porque tem inciso que, às vezes, é melhor ser artigo, tem alínea
392que às vezes é melhor ser inciso. Então, tem uma parte formal que é bom que
393a Câmara trabalhe um pouquinho nisso também para não chegar muito
394quadrado na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, senão a Câmara Técnica
395de Assuntos Jurídicos tende a mexer tanto na forma que pode, inclusive, de
396alguma maneira, não atender o propósito da Câmara Técnica de Mérito a
397Câmara Técnica de Educação Ambiental. Então é só essa observação,
398são dois trabalhos, um de conteúdo e depois ao final eu acho que mereceria
399um olhar mais na forma para ver exatamente, tentando aqui o máximo possível
400obedecer à técnica legislativa. Eu sei não é competência dessa Câmara, mas
401quanto mais chegar adequada a forma à Câmara Jurídica mais fácil da passar
402por ela também. Só essa observação também. Obrigada.

403

404

405O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste) – Muito
406obrigado, Nilo. Então, vamos dar continuação e vamos fazer uma discussão de
407conteúdo. Esse conteúdo pode ser... A nova edição.

408

409

410O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA) – Na verdade, está muito
411parecida com a suja.

412

413

414O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste) – Realmente,
415o conteúdo dele tem poucas alterações. Eu poderia, nós poderíamos...

416

417

418O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA) – O que nós trabalhamos foi
419em cima dessa proposta aqui, se vocês quiserem, que está como proposta de
420aprimoração à versão limpa, foi essa que foi apresentada para nós, que em
421cima dessa nós só fizemos essa minuta que não tem, realmente não está...
422Essa fomentação não está em formato jurídico a apresentação do texto. Então,
423essa conclusão de limpa e suja eu não sei... Não sei se é a suja, eu acho que...
424São só três coisinhas que você acrescentou. Porque não sei a suja, essa limpa

19

425que eu tenho seja suja ou não. Eu estou com versão limpa, mas pode ser que
426essa limpa que está aqui seja a suja não é?

427

428

429**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste) –**
430Precisaríamos dar uma lida e ver se tem alguma diferença.

431

432

433**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA) –** Nós podemos ter
434trabalhado em cima da suja. Eu não sei. Como se fosse a versão limpa... Tem
435três parágrafos? Tem três. Seria bom se tivesse grifado ali nas... Nós depois
436podemos fazer as modificações do texto e nós já vamos direto a cima dele.

437

438

439*(Intervenções fora do microfone)*

440

441

442**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste) –** Incorporado
443no texto dele. Terceiro...

444

445

446**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA) –** Mas ela tinha aberto a
447limpa, eu acredito que isso foi inserção da formatar a limpa por que... Então, eu
448trabalhei em cima de limpa. Que é essa daí que já tem a parte, o terceiro item,
449considerando a necessidade de garantir a observância.

450

451

452**A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA) –** Eu gostaria de
453fazer uma observação, nós precisamos nos identificar antes de falar, não é
454uma questão de sabermos nos identificar aqui, mas é uma questão da
455transcrição para a pessoa saber o nome que ela colocar na transcrição. Toda
456vez que for falar, vai ter que falar fulano de tal.

457

458

459**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA) –** Só uma questão de
460esclarecimento, nós trabalhamos em cima da versão limpa que eu acredito que
461seja teoricamente a que seria utilizada. Então, em cima disso foi feito,
462inserimos propostas em cima da versão limpa. Então, como a versão limpa que
463seria a última versão modificada, não vejo necessidade de voltar para suja para
464voltar para limpa para depois entrar...

465

466

467**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste) –** É mais
468didático, quer dizer, a limpa tem um terceiro parágrafo. Nós não sabemos do
469que você.

470

471

20

472 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Eu trabalhei em cima de
473 limpa o que eu acrescentei está na versão que eu apresentei... A limpa aí
474 insere em cima da limpa o que eu botei em vermelho é que eu inseri. A limpa
475 está em preto. Tudo que está em preto é a limpa, a vermelha é isso, as
476 propostas, tudo que está em preto seria da antiga limpa, a única que nós
477 inserimos, fazemos uma modificação no texto seria nesse item um onde nós
478 recomendamos.

479

480

481 **A SR^a. MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo do Ceará)** – Bom dia,
482 por favor, Maria José do Estado o Ceará, pelo que o Marcius colocou e que eu
483 estou entendendo é que ele apenas acrescentou, não houve modificação na
484 versão limpa. Então, se nós já participamos da aqui da Câmara Técnica de
485 Educação Ambiental, fez essa versão limpa já que foi a modificação do que
486 existia na versão suja. Então, ele apenas acrescentou essas recomendações
487 que estão em vermelho. Não estão em vermelho.

488

489

490 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Eu não consegui achar.

491

492

493 **A SR^a. MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo do Ceará)** – Mas, ele
494 não modificou, não houve... Henrique, só um minutinho, por favor, não houve
495 modificação que havia sido feito antes, não houve modificação houve apenas
496 acrescentou proposta. Então nós temos que ver essas proposta e ver se
497 concordamos com ela e a versão continua a mesma. É isso. Apenas
498 acrescentou a propostas. Só esse esclarecimento.

499

500

501 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Então, vamos ler.

502

503

504 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Não precisa
505 não. Não tem necessidade não.

506

507

508 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – O que nós fizemos foi no
509 item um, foi o único item ao qual nós fizemos um texto modificativo com
510 inserção, só modificamos, a versão limpa trazia o que está em preto que os
511 órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e distritais desenvolvam
512 estratégias para a melhoria contínua do desempenho ambiental e, inclusive
513 com a inserção da educação ambiental nas suas operações e o procedimento,
514 nas ações e nas instalações prediais, incluindo aquelas relacionadas ao
515 processo de tomada de decisão. Nós substituímos que os órgãos
516 governamentais federais, estaduais, distritais e municipais formulem
517 estratégias para integrar esforços para desenvolver projetos destinados à
518 implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública, a A3P visando

23

519 à inserção da variável socioambiental no seu cotidiano e na qualidade de vida
520 do ambiente de trabalho.

521

522

523 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Uma pergunta no
524 caso, o setor produtivo, no caso, nessa recomendação vocês trabalham no
525 Ministério do Meio Ambiente (...) é suficiente? Será que a palavra teria que
526 estabelecer metas, além da palavra da conta do que nós pretendemos e
527 desenvolver essas estratégias e dar conta realmente de que... Porque de
528 repente, eu acho que se os Ministérios, se os órgãos públicos estabelecessem
529 metas, fosse uma coisa mais forte dentro é claro que as metas poderiam
530 atendidas dentro das estratégias. Você, o que você acha Presidente?

531

532

533 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – É questão
534 da redação e inclusão de um novo conteúdo. Mas é uma recomendação isso,
535 não é uma Resolução.

536

537

538 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – É uma
539 recomendação. Estabelecer metas para uma recomendação que não é
540 obrigação.

541

542

543 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Não a
544 recomendação é que o órgão público reduza, monte estratégias, agora uma
545 estratégia distribua um folheto, mas sei que nós queremos muito mais que isso.
546 Nós queremos que ele realmente como existe alguns que se comprometeram e
547 avançaram de forma significativa...

548

549

550 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – A A3P ela é uma agenda,
551 ela é voluntária, e exatamente na questão da administração pública, e em
552 questão de tornar obrigatória nós já inserimos, nós discutimos, o TCU e outros
553 agentes, órgãos de fiscalização e tal que para o próximo PPA a agenda vai se
554 tornar obrigatória em todos os Ministérios da esplanada, nós estamos com um
555 trabalho de explanada sustentável, seria A3P como um dos objetos a serem
556 trabalhados nos próximos PAAs, só que a questão da obrigatoriedade pode
557 estar vinculada a isso por estar nos próximos, mas em relação a meta, por
558 exemplo, só implementar a A3P, porque no Ministério do Meio Ambiente nós
559 conseguimos reduzir 40% de copos plásticos, 30% do consumo de água, 35 a
560 40% de gasto com energia, fora a questão da destinação dos resíduos sólidos
561 na sua separação e etc.. Então, nós não podemos colocar um caráter de meta
562 para a agenda pública porque objetivo dela não é, não tem esse caráter
563 impositivo, ele é realmente uma recomendação, é uma questão onde a
564 entidade, o órgão tem que se adaptar no caso, ela tem que trazer isso para
565 dentro de sua entidade e sensibilizar os seus servidores que hoje o problema
566 maior na questão hoje da A3P é a terceirização dos servidores, terceirizados,

24

567trabalhadores do Ministério. Então, inserir uma, meta tudo bem só para
568quantificar poderia, mas isso vai depender muito mais da sensibilização das
569pessoas realmente se sentirem incorporadas a essa agenda do que
570simplesmente eu ter que reduzir por si só, no caso, nós reduzimos pode-se
571colocar metas de redução de plástico e que consegue reduzir, mas isso é muito
572maior do que simplesmente colocar uma meta pontal.

573

574

575**A SR. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu concordo de nós colocarmos metas,
576mas não com essas (...) eu acho que uma das determinações tem que ser
577levantar em primeiro lugar o marco zero da situação em que está e estabelecer
578metas de redução 30%, por exemplo, no primeiro ano, ou nem dizer
579estabelecer metas a serem cumpridas antecipadamente por cada órgão que
580fizer isso. Senão fica muito estranho e eu acho que precisa recomendar que se
581estabeleça um marco zero na questão de resíduos de água, de copos
582descartáveis e sei lá e tal para depois poderem mensurar, senão fica mais
583inócuo ainda do que já é. E metas também de formação das pessoas.

584

585

586**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Quer fazer
587uma consideração? Então, por favor.

588

589

590**A SR^a. APARECIDA DEMONER RAMOS (ANAMMA Sul)** – Essa questão de
591estabelecimento de metas, eu vejo como indispensável. Eu estava
592conversando com o Marcius antes da reunião e no Espírito Santo nós não
593temos nenhum município que aderiu ao programa. O Estado, o programa do
594Estado, acho que tem as secretarias que aderiram estaduais e nós sempre
595vamos lá recomendando, recomendando formulando estratégias, formulando
596estratégias e fogem nos números de estabelecer metas no mérito, tantos por
597cento de redução disso, estabelecer metas que a meta nos obriga, o número
598na nos obriga avaliar no final do processo e dizer se alcançamos ou não.
599Talvez por isso que as pessoas geralmente evitam estabelecer metas com
600números. E não dá para esperar mais, vamos implantar aqui primeiro, seria
601próxima a etapa, eu acho que tem que começar a estabelecer metas para os
602Estados e cumprir, cobrar o cumprimento dessas metas nos municípios, nos
603Estados e município. Eu falo isso porque os municípios independentes de
604terem ou não recursos para fazer, desenvolver um projeto, um programa se
605tiver uma determinação, um estabelecimento de uma meta ele corre atrás para
606cumprir. Principalmente os municípios pequenos, “não vai receber recurso o
607ano que vem se não entregar esse formulário até tal dia”, ele dá um jeito, ele se
608vira, consegue cumprir a meta que foi estabelecida. Então, eu acho está na
609hora de nós mudarmos um pouco o discurso nos nossos trabalhos de vamos
610formular estratégias, vamos estabelecer critérios, nós vamos estabelecer
611números e número que possam com prazos para ser executados, metas que
612tenham sejam numéricas que tenham prazos para ser cumpridas que tenham
613nome do pessoas que vão ser responsáveis para talvez nós avançarmos um
614pouquinho na questão ambiental.

27

615

616

617 **SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Eu queria
618 gostaria de observar aqui no item 2 que os Governos Federais procurem, acho
619 que eles procurem é meio vago, colocar que estabeleçam programas e
620 metodologias porque no item A tem estabelecendo metas e prazos. A primeira
621 linha item 2. Eu queria dar um exemplo da Universidade Federal da Bahia,
622 Escola Politécnica do grupo educação ambiental resolveu fazer um programa
623 que, inclusive para a reestruturação do prédio. Então as águas de lavagem de
624 mão, de pia, dos andares de cima estão indo para as águas sanitárias do
625 andares de baixo, e eles conseguiram fazer com uma mudança estrutural muito
626 simples, não foi muito nada muito complicado, a economia de R\$ 200.000 só
627 na conta de água. Então, assim, estabelecendo aqui que os Governos
628 estabeleçam programas e metas, programas e metodologias que aqui já está
629 metas no item 2 porque, inclusive eu acho que é interessante nós abordarmos
630 também um aspecto de como haver, inclusive ajustes nas próprias estruturas
631 para que essa economia seja maior.

632

633

634 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Eu gostaria
635 de saber se vocês estão de acordo de a gente já ir Introduzindo já esses
636 conceitos novos na redação para que não percam os argumentos. Ok? Tosa,
637 por favor, quer fazer a recomendação?

638

639

640 **SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Programas
641 e metodologias e que os Governos... Em vez de procurem. Procurem é muito
642 vago aí. Que os Governos estabeleçam programas e metodologias para e aí
643 vêm os outros itens que estão a baixo. Agora, uma coisa que não observei aqui
644 foi dentro do programa da A3P nenhuma proposta de ajuste exatamente isso,
645 como é que esses prédios funcionam, se é um prédio de dez andares como é
646 que funciona esse prédio? Dá-se para melhorar isso através da A3P?

647

648

649 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Eu acho que nós estamos
650 fazendo não uma confusão, porque eu teria que explicar o que é a A3P porque
651 isso tudo, por isso que está essa questão da meta. Se você quiser falar.

652

653

654 **SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Nós não temos sido
655 claros. Quando eu levantei a questão, a questão nós todos sabemos das
656 dificuldades, eu tenho certeza que você fica incomodado desde a primeira
657 reunião que eu venho no CONAMA há 10 anos, sei lá quantos anos que eu que
658 eu participo, eu estou servido em copo de plástico e é sempre assim, agora eu
659 tenho certeza que você está incomodado, agora, o que realmente nós
660 poderíamos fazer para mudar essa realidade porque esse exemplo tem que ser
661 dado, eu acho que recomendação vai resolver? Não. Mas é alguma coisa. A
662 A3P da forma que está dá conta, o que ela falou aqui na prática você sabe

663quando você voltar para o seu Ministério, talvez o Ministério que seja diferente
664outros que tramitamos dentro do Congresso Nacional é complicado, é só uma
665orientação e recomendação para que vamos fazer e nós não estamos
666obrigando ninguém a nada, estamos recomendando e na recomendação da
667estratégia então, abre o A3P e deixa bem claro, 'senhor dirigente quanto tempo
668passa você tem que ser exemplo', seleta coletiva de lixo é um absurdo você
669como um formador de opinião não ter atitudes e muda essa realidade, nós
670como Conselheiros do CONAMA toda reunião nós vamos lá e servir copos
671plásticos, eu estou dando um exemplo bobo, está aqui na nossa frente, poderia
672ficar horas e horas falando aqui desse prédio, da iluminação e de uma série de
673coisas. Você acha que dá conta de palavra estratégica, que todo mundo vai
674entender, que coloca no caso a A3P do lado, as pessoas vão ficar vendo ou
675você acha que vale a pena reforçar algumas questões que tenho certeza
676qualquer dirigente do Ministério, se alguém falar você teria meta que reduz,
677amanhã você substitui pelo menos o copo de água, pelo menos você
678substituindo um copo de água, na próxima reunião, é uma meta, é um avanço.

679

680

681**SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Exatamente é essa
682questão, não é inserir meta, quando você... Calma, deixa-me só... O que
683acontece? Quando uma entidade, (...) que ela vai mais claro. Quando a pessoa
684adota... Quando um órgão implementa a A3P ela faz todo um levantamento do
685que se faz, do que se gasta, como que está hoje, como é a situação, ela faz um
686*checklist* em cima disso dentro dos parâmetros vai traçar metas, estamos
687consumindo muitos copos plásticos como nós fazemos isso? Tem o escopo
688hoje de papel, pode ser feita uma variável, pode. Nós temos uma parceria com
689uma empresa de catadores que faz a reciclagem desse plástico que nós
690estamos usando, então pode ser inserido dentro do órgão do Governo. As
691nossas lâmpadas são aquelas lâmpadas comuns que consomem no final do
692mês um valor aqui de X reais. Então, é feito esse levantamento, o que nós
693queremos nós queremos? Queremos reduzir isso e queremos reduzir isso,
694como fazemos? Nós podemos estar trocando essas lâmpadas, em cima da
695troca dessas lâmpadas depois você faz um novo levantamento, conseguimos
696uma redução X, em cima dos copos plásticos, no Ministério fizemos esse
697levantamento eram 250.000 copos plásticos no Ministério do Meio Ambiente,
698reduzimos para 40, 50.000. É muito? É muito, eu acabei de chegar de Cuiabá
699com uma proposta desse copo dinheiro papel que ele é biodegradável e fica
700menos de um ano, até menos, e ele se decompõe. Então, estamos estudando,
701é viável economicamente? É melhor do que um copo plástico? Aí você tem que
702fazer todo um processo de estudo ambiental para ver se vale a pena ou não a
703substituição. Então, quando a pessoa adota A3P já está incluída todos esses
704procedimentos de adoção de metas para redução de substância, para
705sensibilização as pessoas terem os novos hábitos ambientais, no caso,
706sustentáveis. Então, não vejo problemas colocar metas até eu acho ótimo para
707falar a verdade.

708

709

31

710 **SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Você está dizendo
711 que a resolução é inócua, de repente a Resolução tinha que ser
712 obrigatoriedade da A3P que já vai ser...

713

714

715 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Vai ser exata, o Ministério
716 do Meio Ambiente vai inserir, pediu para ser inserido no PAA e vai ter todo
717 essa explanada, mas é um trabalho que não é como todo mundo que conhece,
718 é difícil, nós ficamos incomodados com o pega aqui e joga aqui, não sabe para
719 onde vai. Então eu não sei como funciona hoje dentro do CONAMA. Isso
720 seria...

721

722

723 **SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – O que você está
724 colocando aqui é que essa Resolução é inócua, A3P e que a A3P daria conta.

725

726

727 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Pelo contrário.

728

729

730 **SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Veja vem, você está
731 falando sobre A3P dar conta.

732

733

734 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Em nenhum momento eu
735 falei isso, eu falei que contribui. Eu não falei isso que dá conta, não quer dizer
736 que dá conta, eu falei que contribui, dá conta não dá conta, se desta conta nós
737 não estaríamos discutindo isso aqui. São só mecanismos de contribuir para
738 que chegue a um ideal que nós mensuramos.

739

740

741 **SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Quando você fala na
742 Resolução da necessidade da estratégia, o que você entende da estratégia na
743 A3P que não contempla? Os órgãos federais formulem estratégias, o que você
744 acha... Porque na A3P tem que dar conta dessa estratégia? Parece que na
745 A3P tem todas as estratégias necessárias.

746

747

748 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – A3P seria um dos braços
749 da responsabilidade socioambiental, estratégias hoje só somente adotando
750 A3P faltam outros critérios que nós podemos estar inseridas na
751 responsabilidade socioambiental, mas não. Então aí pode ser produção
752 consumo sustentável, licitações sustentáveis, uma série de coisas que
753 contribuem também na questão da responsabilidade sócio ambiental. Nós
754 também estamos trabalhando hoje em conjunto com o Ministério do
755 Planejamento e AGU para formular um objeto de um instrumento normativo
756 agora, uma lista de produtos considerados sustentáveis para serem
757 incorporados dentro das licitações sustentáveis. O Rio tem um programa muito

32

758legal no PROERD, não sei, esqueci a sigla na qual se juntou vários órgãos
759estaduais para fazer compras, licitações que fizeram ganhar um ganho na
760economicidade muito grande. Esses são esses critérios que nós trabalhamos,
761não só a questão da A3P como objeto a ser alcançado, não, é um dos
762instrumentos que vai se atingir um marco maior.

763

764

765**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Eu só quero complementar aqui, que
766essa que seria minha fala, a agenda ambiental como qualquer um é um
767processo educativo, lento, não tem jeito, é um processo. E quando, por
768exemplo, lá no meu município nós aderimos a A3P. Então, há uma
769recomendação você tem que assinar um termo de adesão onde você tem que
770estabelecer o marco zero, onde tem várias propostas que foi feito todo um e aí
771cada instituição vai colocar suas metas que são linhas. Então assim, a fala do
772Nilo eu acho que foi fundamental a A3P é um termo de adesão que você faz
773com o Ministério com qualquer administração pública, mas uma recomendação
774do CONAMA dá um status político a essa questão, sendo recomendado pelo
775próprio CONAMA. Então, é fundamental, agora que tem todo um procedimento
776para quem adere à Administração Pública, isso já tem no termo de adesão e
777tem vários itens ali, tem compra, tem vários segmentos, mas é um processo
778educativo, eu acho que uma recomendação do CONAMA é fundamental, agora
779impor que o órgão faça isso eu acho que isso não é da nossa competência
780entendeu? Nós podemos recomendar, reforçar a importância, dar alguns
781critérios também, eu acho que o CONAMA pode fazer isso, mas de maneira
782nenhuma impor.

783

784

785**O SR. AGNALDO MENDONÇA DE LIMAS (ANAMMA Sul)** – Só para tentar
786contribuir ali naquela proposta do Ministério que em vez de colocar formular
787estratégias, quer dizer, as estratégias já estão estabelecidas na agenda A3P,
788eu acho que formular metas e ainda eu vou mais além ainda, nessa Resolução
789do CONAMA também ou sugerir, ou não impor, mas sugerir que os municípios,
790os Estados criem leis específicas para esse tipo de proposta porque só com lei
791vai ser cumpridas e estabelecidas essas meta, se não tiver uma lei que obrigue
792os órgãos públicos a realizar essa proposta, eu acho que a coisa vai ficar da
793mesma forma quando foi lançada a agenda A3P que foi distribuída a todos os
794Municípios, inclusive o município de Laguna, eu sou secretário de meio
795ambiente, nós recebemos, tentei colocar essa agenda A3P no município e não
796é fácil, é difícil porque não existe cobrança quando não é cobrado. Então a
797coisa não acontece, eu acho que se fosse proposta uma lei municipal, uma lei
798estadual para intensificar esse trabalho eu acho que poderia acontecer de
799forma mais eficaz essa proposta da agenda A3P na administração pública.

800

801

802**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Aí teria em
803nível municipal e estadual.

804

805

806 **A SR^a. MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA (Governo do Ceará)** – O que eu
807 coloco aqui aí em relação a A3P eu acredito que a coisa de fundamental
808 importância é o conhecimento do que é a A3P para ficar mais claro, por
809 exemplo, nós estamos no Estado do Ceará a dois anos trabalhando A3P, nós
810 temos 184 municípios e até o momento tem sido implantado e tem uma
811 Comissão de Avaliação e Acompanhamento porque não adianta você avaliar
812 se não houver o acompanhamento e nem é possível, e essa Comissão ela é
813 criada em todos os municípios. Quando vai o seminário da A3P para o
814 município, é só solicitado pelo município. Não é o Governo do Estado que vai
815 ao município impor a A3P. O município toma conhecimento da A3P e solicita
816 um seminário para explicar o que A3P, nesse seminário é de fundamental
817 importância que todos os gestores públicos estejam presentes, os gestores
818 públicos, o Prefeito municipal e os demais secretários e que tenham a
819 representatividade em cada uma das secretarias do município. Depois dessa
820 apresentação é criada uma Comissão em cada secretaria, essa Comissão vai
821 ficar encarregada de primeiro levantar a questão que a Raquel falou que o
822 marco zero, exatamente para dizer como que está o consumo de energia, de
823 água e as demais coisas que são feitas durante trabalho de secretaria de
824 Estado, de município e essa Comissão vai encaminhar esse levantamento para
825 o órgão estadual que para poder o órgão estadual acompanhar. Então, aí já
826 está o quê? No acompanhamento você já segue que se pode atingir de meta,
827 por exemplo, se você tem 184 municípios que ao longo de dois, vamos concluir
828 dois anos quando chegar a dezembro, 184, 63 está em funcionamento e está sendo
829 acompanhado. Então, nós temos o quê? Um percentual de que tantos por
830 cento dos municípios do Estado estão fazendo A3P e de acordo também com
831 as secretarias do Estado do Ceará. Então, logicamente você vai ter um
832 resultado que pode ser quantificado porque você pode ter o diagnóstico
833 apresentado mensalmente e existe uma Comissão dentro da secretaria, existe
834 uma pessoa que coordena um programa e uma equipe para fazer esse
835 acompanhamento e nós vamos realizar agora no mês de novembro o 2º
836 Seminário, inclusive no primeiro o Geraldo Abreu esteve presente.

837

838

839 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Uma sugestão de
840 encaminhamento, eu acho que se essa Resolução deixar claro as intenções da
841 A3P e contemple o que alguns companheiros colocaram a Raquel do marco
842 zero, a questão de, enfim, deixar claro, tem que ficar claro para as pessoas e
843 mais a sua fala me preocupou que parece que A3P não dá conta do conjunto.
844 Então tem outros pontos que essa Resolução teria de deixar claro também,
845 como exemplo licitações sustentáveis, outro eixos que a A3P tem. Então ela
846 licitações sustentáveis, nós estamos trabalhando em uma Resolução de
847 recomendação, não está obrigando ninguém a nada, eu acho que não devia
848 ser Resolução de recomendação tinha que ser obrigatoriedade, que todos os
849 órgãos adotassem A3P. Pronto, um parágrafo. Eu sei disso que nós estamos
850 tratando de uma Resolução de recomendações, nós estamos recomendando,
851 temos que recomendar o melhor. Não é isso? Eu estou falando que para mim o
852 ideal é que não fosse recomendação, que fosse uma Resolução do CONAMA
853 obrigando todos os órgãos estaduais a adotar A3P. Bom, aí nós podemos

37

854transformar em Resolução a matéria. Eu acho o que caminho, eu acho que
855está perfeito, eu acho que nós recomendamos, nós estamos numa Câmara
856Técnica e estamos cumprindo com o nosso papel e instalando essa
857consciência, nós vamos deixar claro nessa Resolução pelo menos os pontos
858primordiais principais para ficar claro para as pessoas por se tratar de uma
859Resolução política assim colocada.

860

861

862**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Eu acho
863que cabe então, nós Conselheiros decidimos se nós vamos mudar esse tópico
864para Resolução CONAMA, precisa saber se nós podemos fazer isso aqui
865agora.

866

867

868(*Intervenção fora do microfone*)

869

870

871**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Mas a
872Câmara Técnica pode alterar? Precisamos ver isso no regimento...

873

874

875(*Intervenção fora do microfone*)

876

877

878**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – O Jurídico
879não vai entrar no mérito se é recomendação ou não, ele só vai analisar a
880redação, se ela tem cabimento jurídico ou não. Agora, se é recomendação ou
881não. Nós decidimos qual é o encaminhamento.

882

883

884**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Eu defendo que...
885Que recomendação nós já fazemos há muitos tantos anos. Há quantos anos
886participamos, há quantos anos nós entramos, vocês mesmo lá dentro, imagino
887a dificuldade que vocês têm. Pessoas ligadas à área ambiental, ambientalistas
888preocupados com o meio ambiente dentro de uma estrutura poxa faça e o que
889eu faço, mas não faça o que digo, faça o que eu digo, mas não faça o que eu
890faço. Vocês devem sofrer, eu acredito que sofram

891

892

893**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – É um processo de
894mudança, um processo de educação ambiental. Mesmo hoje sendo
895recomendação, está em... A adesão A3P está em franco crescimento. Nós
896contamos da demanda que nós tivemos hoje. E não vejo não, não sei se
897politicamente seria interessante colocar Resolução até porque é uma agenda
898positiva no qual os Estados não vêm dificuldades em aceitar. Então,
899implementar.

900

901

38

902 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Mas eu sei,
903 eu vou ler aqui o que diz o termo de Resolução e Recomendação. Então, a
904 Resolução quando se trata de deliberação vinculada a diretrizes e normas
905 técnicas, critérios e padrões relativos à proteção ambiental e ao uso
906 sustentável e padrões relativos à proteção ambiental e ao uso sustentável dos
907 recursos ambientais. A proposição quando se trata da matéria ambiental a ser
908 encaminhada ao Conselho do Governo ou à Comissão do Senado Federal e da
909 Câmara dos Deputados, e a recomendação, quanto se trata de manifestações
910 acerca da implementação de políticas, programas, programas públicos e
911 normas com repercussão na área ambiental, inclusive sobre os termos de
912 parceria e de que trata a Lei 9.990/99. Então, aí tem Resolução, proposição e
913 recomendação, tem três coisas bem descritas da recomendação quando se
914 trata de manifestação acerca de implementação da política, a Resolução
915 quando se trata da deliberação vinculada a diretrizes e normas técnicas,
916 critérios e padrões relativos à proteção ambiental.

917

918

919 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Eu defendo que seja
920 Resolução, por que eu defendo? Porque eu percebo que há muito tempo nós
921 viemos recomendando, falando e falando, tivemos exemplos aqui na ponta de
922 um município, o secretário municipal de meio ambiente da dificuldade que ele
923 como secretário, com toda a autoridade que foi dada a ele pelo prefeito,
924 secretário de município do meio ambiente de implantar na secretaria dele.
925 Então, se nós, eu acho que infelizmente gostaríamos sim de não precisar, nem
926 precisasse que existisse CONAMA, que não precisasse que existisse nada,
927 que cada um dos 200.000.000 de brasileiros tivesse essa consciência e não
928 precisasse, chegassem ao supermercado tentassem substituir o saco plástico
929 por outro e infelizmente não acontece. Não acontece. Eu acho que se nós
930 continuarmos com a Resolução com recomendação é claro que um ou outro
931 planta uma sementinha ali e desperta, mas se não tiver uma coisa mais forte,
932 uma Resolução e vocês conseguiram criar um senhor instrumento que é esse
933 A3P, o instrumento está aí e se alguns organismos implantaram por que não?

934

935

936 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Eu acho
937 que essa matéria que vai ser mudada para recomendação, primeiro precisa ser
938 acordada entre nós. Então, eu acho para nós continuarmos, para não ficarmos
939 perdendo tempo e nos desgastando, eu acho que primeiro vamos por em
940 votação os dois temas Resolução e recomendação e aí passa para tratar do
941 assunto, senão perdemos tempo. Ok? Então, vamos votar aí que nós vamos
942 transformar a recomendação em Resolução. Então, favor de transformar em
943 Resolução, por favor, que se manifeste. Qual é o nosso quorum? Sete.
944 Recomendação. Essa matéria nada consta que não, o jurídico... E de qualquer
945 maneira se ela for como Resolução e se tiver qualquer impedimento ela vai
946 como recomendação e a perda... Pelo menos tentamos. Resolução.
947 Resolução. Um dois três quatro, cinco. Então, são cinco. Eu acho que temos
948 maioria. Então, vamos tratar do assunto agora já como Resolução. Então,
949 agora vamos ver o que muda aí no texto para se adaptar à Resolução...

41

950

951

952A SR. RACHEL TRAJBER (MEC) – Eu gostaria de falar de duas coisas, primeiro de uma estratégia que nós pelo jeito estamos assumindo uma conversa de estratégia, nós botamos como Resolução, se não passar como Resolução vira recomendação. Agora tem uma diferença muito grande no tipo de redação, tem que mudar muito e eu acho que é uma estratégia que eu acho que nós temos que votar essa estratégia e nos disseram também que isso pode ser que se torne uma lei para entrar para o PAA, não é bem uma lei, uma norma para entrar para o PAA, se for entrar para o PAA aí tem obrigatoriedade e a Resolução CONAMA precisaria ser mais contundente, ter as metas e tal e, isso já é uma coisa mais muito mais complexa. Então, qual é o objetivo de fazer passar uma coisa mais simples, que pode servir como... Eu não sei. Pode ser inócuo também. Eu acho uma questão de nós debatermos estratégia e a partir da estratégia é que nós vamos saber que tipo de documento nós precisamos tirar. E eu estou olhando aqui, eu mexeria bastante mesmo como recomendação eu deixaria muito mais enxuto, como é que nós estabelecemos essa estratégia? Quem pelo Ministério do Meio Ambiente pode falar da estratégia deles de fazerem passar como recomendação por quê? Qual é a visão deles?

970

971

972O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil) - É que teve uma votação aqui e você está querendo voltar.

974

975

976A SRª. RACHEL TRAJBER (MEC) – Eu estou querendo entender melhor porque dessa decisão vai depender muito o tipo de documento. Então, eu precisaria entender qual é o interesse do Ministério do Meio Ambiente, qual é a estratégia que eles estão estabelecendo, como é que eles vão trabalhar com o Ministério do Planejamento, para que serve esse trabalho que nós vamos fazer, recebo porque, senão nós vamos morrer de trabalhar e vamos morrer na praia. É assim que...

983

984

985O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC) – Eu concordo plenamente com a sua estratégia Rachel, eu acho que está perfeito o ponto que você está colocando. A única questão que me toca assim que, às vezes, eu me coloco do outro lado, quando eu estou lá como setor produtivo, o pessoal do comércio é mais light do que o pessoal da indústria, mas ninguém chega para ele, para o pessoal da indústria que está poluindo e fala assim, vem cá, vamos conversar, fica bom para você assim, não sei o que, você está fazendo uma coisa errada tem que corrigir, está equivocada, não pode, se o Governo está fazendo uma coisa errada e deveria dar exemplo, eles têm que rever e aí eu falo com tranquilidade por não ser Governo, agora uma pessoa do Governo vai ficar em uma saia justa. Nós temos que preservar um pouco os nossos companheiros de Governo porque se eu estivesse...

997

42

43

998

999**A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu não estou pensando nisso.

1000

1001

1002**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Vai ter que mexer na
1003estrutura toda, de comportamento de anos que não se alterou, a prova é isso
1004aqui, esses copos plásticos aqui, que eu estou dando toda hora como exemplo.

1005

1006

1007**A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu sou muito mais radical que você, eu
1008gostaria que todos os órgãos governamentais, todos os órgãos públicos
1009tivessem A3P e que chegassem às escolas, inclusive, como órgãos públicos.

1010

1011

1012**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Perfeito. E as
1013privadas também, todos também.

1014

1015

1016**A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Aqui no caso é sobre órgãos públicos e aí
1017nós precisamos saber qual é a estratégia para que isso aconteça, o que você
1018está falando, mas se nós fizermos todo um trabalho de levantamento, de
1019percentuais, metas, obrigatoriedade e tal, e isso não for viável ou não tiver
1020dentro da estratégia do Ministério... Eu acho que é até capaz de...

1021

1022

1023**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Deixa só o Alan colocar
1024alguma coisa dentro dessa conversa.

1025

1026

1027**O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (ONG Novos Curupiras)** – Eu
1028observo que nós estamos rodeando e aí temos que seguir o rito da reunião.
1029Uma questão é a seguinte, quando se fala em educação ambiental, se diz que
1030é disciplinabilidade, se usa vários termos, o da comunicação e até agora
1031ninguém tem a coragem de dizer, se transforma a disciplina ou se coloca de
1032que formato na escola. E nisso aí nós estamos perdendo também. Outra
1033questão cinto de segurança, enquanto foi recomendação, enquanto foi
1034educação, a coisa não funcionou, precisou ser traduzido e numa lei e multa
1035severa para se fazer. Quando se traduz ao CONAMA Resolução, como é
1036recomendação, é a mesma coisa que teve o debate do zoneamento econômico
1037ecológico no Estado do Pará. Fez-se quase que de A a Z de recomendação,
1038mas a recomendação, ela dá o norte para ser feito ou não, ela recomenda que
1039seja feito, se você fizer, você tem a nossa bênção, se não fizer, você também
1040conclui a sua etapa. Então, eu não preciso saber qual a estratégia, eu preciso
1041saber qual é a nossa meta, a nossa meta o que é? É que nós alcancemos algo
1042e para isso é preciso mensurar, ou essa Câmara tem atitude e demonstre o
1043que quer com a A3P, ou então, nós ficamos num rodeio, porque eu não tenho
1044que pensar se o município tem perna para dar conta disso, se o Estado tem
1045perna para dar conta disso, se o Governo tem produção gráfica para passar

44

1046para os municípios, se não tem instrumento de pessoas para darem conta de
1047fazer palestra, porque eu tenho que pensar é na política da sustentabilidade do
1048nosso planeta. Obrigado.

1049

1050

1051**IO SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Eu acho
1052que quando nós pensamos em Resolução, nós estamos pensando numa
1053política pública que teria essa abrangência em nível federal, por exemplo, em
1054nível do CONAMA, ou enquanto pacto federativo, como o Marcius estava
1055lembrando aqui agora, e aí caberia aos Conselhos Estaduais do Meio Ambiente
1056fazerem as suas próprias resoluções com base na Resolução CONAMA e ter
1057um Decreto para poder que as prefeituras façam uma adesão. Uma coisa em
1058termos de estratégias de políticas públicas, quando nós discutimos a
1059formulação dela, isso precisa ser tudo reinscrito, precisa refazer um mapa
1060conceitual dessa história aqui para reescrever enquanto Resolução. Eu
1061continuo a favor da Resolução, mas eu acho que deve ser estudada para se
1062construir essa política da maneira correta. Agora já que está em vias de sair
1063recurso para isso e como essa ex-recomendação, agora Resolução, na página
10642, tem uma série de itens que vai além do A3P. Então, essa é a agenda
1065socioambiental na gestão pública. Então, eu acho que nós deveríamos refletir
1066que em termos estratégicos essa Resolução pode estar favorecendo a entrada
1067de recurso para essa finalidade no PPA. Assim, como muitas leis no Brasil que
1068pegaram e leis que não pegaram e isso veio de discussões anteriores e as leis
1069que acabaram pegando, como é o caso do cinto de segurança, que o colega
1070deu exemplo aqui, têm um período em que você trabalha com a educação da
1071sociedade, mas tem um período que você vai além da educação e você
1072estabelece normas, estabelece diretrizes, metodologias e entra na
1073possibilidade de ter recurso no PAA e estabelece condições também, como
1074também podia se pensar na Resolução, tiver um item que seria um selo de
1075qualidade ambiental, uma certificação, por exemplo, que seria uma espécie de
1076prêmio para os senhores prefeitos que adoram pendurar nas paredes. Então,
1077tem esse prêmio, Selo Verde para as prefeituras da A3P, mas é porque é isso
1078que vai além da A3P, a A3P é um item, nós estamos tratando a questão
1079socioambiental no âmbito mais global, inclusive com relação até as licitações,
1080etc., está dito aqui. Então, eu acho que nós devemos repensar isso, assim,
1081pensando mesmo quanto à política pública, pensando que isso pode facilitar
1082em termos estratégicos a entrada de recurso do PAA para isso e como as
1083prefeituras vão inserir isso nos orçamentos, como é que os estados vão inserir
1084nos orçamentos, mas tendo em vista que essa questão é economicamente
1085viável, ela é sustentável. Todo o investimento feito nessa direção retorna em
1086um prazo extremamente curto, no caso da Escola Politécnica da Bahia, é
1087assustador, o investimento retornou em 6 meses, pelo amor de Deus, quer
1088dizer, se um Governo reverte economicamente, porque se você pensar que a
1089maioria dos políticos, infelizmente, pensa no planejamento dele para quatro
1090anos e não pensam no planejamento sustentável porque não pode ser quatro
1091anos. Então, mas se você oferece a possibilidade do tomador de decisão
1092enxergar que no máximo em um ano ele retorna com o investimento que ele
1093fez, ele diz, nos outros três esse dinheiro sobra para eu fazer outras coisas.

1094Então, esse pôde de convencimento tem que estar explícito na própria política.
1095Porque é muito difícil tirar as pessoas da zona de conforto. Então, assim
1096quando nós mexemos com educação, formação, nós estamos tentando tirar as
1097pessoas da zona de conforto, mas assim, não há nenhuma dúvida, eu acho
1098que qualquer técnico pode provar que o retorno econômico disso torna isso
1099viável em um prazo extremamente curto. Ele não está investindo para o outro
1100governante que assumir depois de ter o benefício. Esse benefício está dentro
1101da gestão dele, é de curto prazo. Então, eu acho que essa política precisa
1102realmente ser repensada para que nós tenhamos isso dentro da política.
1103Obrigado.

1104

1105

1106**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Bom, então,
1107de qualquer maneira nós estamos objetivados em tratar do assunto como
1108resolução CONAMA para encaminhamento para a Câmara Técnica Jurídica. E
1109como a Raquel fala tem que ser feito uma revisão de todo o texto para ele se
1110encaixar dentro de uma recomendação, eu acho que, me parece que nós
1111demos um passo à frente, que foi no que se trata de resolução e
1112recomendação pela força da Resolução CONAMA como recomendação. Fica
1113assim decidido. Agora isso, no trabalho da nova redação da Resolução. Eu
1114acredito que esse texto, não é competência nossa fazer uma redação agora.
1115Eu acho que vai ter que ser apresentado um texto base tecnicamente
1116executado e aí quando ela estiver mais sintetizada e dentro do parâmetro aí
1117nós discutimos o conteúdo, não o parâmetro jurídico. Eu acho que a base é o
1118que nós temos...

1119

1120

1121**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Então, no
1122site do Ministério do Planejamento tem para baixar.

1123

1124

1125**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Mas de qualquer maneira
1126eu solicito à Secretaria que encaminhe a todos o A3P.

1127

1128

1129**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Presidente, até onde eu
1130sei, tem na biblioteca lá embaixo já.

1131

1132

1133**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Sim, mas por via eletrônica
1134seria melhor para todo mundo já receber. Então, via *site*, vamos se inteirar do
1135conteúdo para podermos fazer o texto.

1136

1137

1138**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Uma coisa
1139é a norma jurídica que vai ser escrita, outra coisa é a discussão e a construção
1140da política que não caberia só jurídico, eu acho que caberia a todos nós
1141enquanto fórum de discussão. Forma e conteúdo. Então, envia para nós as

49

1142 contribuições e nós vamos trocando figurinha via Internet para nós vermos qual
1143 é o problema que nós queremos resolver, qual é o objetivo que nós queremos
1144 chegar, quando é que nós queremos chegar nisso e quais são os nós críticos
1145 que nós temos que desatar para chegar esse objetivo para termos uma política
1146 bem construída, lembrando que 80% das políticas públicas não funcionam
1147 porque são mal construídas.

1148

1149

1150 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – É só uma
1151 sugestão de encaminhamento, se vocês optarem realmente por essa
1152 construção, para vocês marcarem uma data limite e alguém responsável que
1153 vai entregar esse documento para nós termos uma possibilidade de cobrar
1154 para nós marcamos a próxima reunião, só para a organização, é uma
1155 sugestão.

1156

1157

1158 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – E também por questão de ordem tem que
1159 ter alguém do Ministério, da A3P, (...) discussão.

1160

1161

1162 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então, quem seria esse
1163 organizador aí que poderia cobrar esse texto.

1164

1165

1166 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – A minha sugestão é
1167 que poderia ser o Marcius.

1168

1169

1170 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - O Marcius mesmo?

1171

1172

1173 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Porque o Marcius me
1174 parece que conhece profundamente A3P e, por exemplo, a contribuição do
1175 secretário da Bahia é imprescindível na introdução. Nós vamos mostrar essa
1176 Resolução que é um bom negócio para o Governo. Vai ser excelente.

1177

1178

1179 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - José Marcius, nós estamos
1180 aqui chegando a conclusão que você mesmo é quem vai ter que fazer esse
1181 texto. (*Risos*).

1182

1183

1184 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Não, Marcius a
1185 sugestão é fazer um Grupo de Trabalho pela Internet.

1186

1187

1188 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu acho que de qualquer
1189 maneira teve um bom ganho. E a perda é mínima porque o retrocesso seria só
1190 no ponto...

1191

1192

1193 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Eu já estava até
1194 conversando com o pessoal lá da equipe, a minha preocupação é o prazo, não
1195 é para amanhã?

1196

1197

1198 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Não. Nós vamos
1199 estabelecer o prazo agora.

1200

1201

1202 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Exato. Porque aí tem a
1203 questão jurídica. É outra linha de pensamento.

1204

1205

1206 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – O processo
1207 de licitações sustentáveis está fora e você falou que estão dentro. Então,
1208 ninguém melhor do que você que sabe o que tem dentro e o que está faltando.
1209 Quais os itens que não são contemplados?

1210

1211

1212 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Recomendação por
1213 inserção da dimensão ambiental na administração pública e aí tem A3P. Nós
1214 poderíamos era combinar que o gostaríamos que fosse inserido dentro dessa
1215 Resolução, porque fica mais fácil também do que nós ficamos pensando.

1216

1217

1218 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então,
1219 primeiro você vai nos explicar o que a A3P não contempla, eu estou dando
1220 exemplo da licitação, eu achei que não contemplava e vocês falaram que
1221 contempla, eu sei, nós não sabemos o que não contempla.

1222

1223

1224 **A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Eu acho que essa discussão aqui
1225 vai atrasar. Nós temos que formar um Grupo de Trabalho e quem tiver
1226 interessado.

1227

1228

1229 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então, José Marcius, você
1230 fica então com a responsabilidade da redação do texto e (...) com todos nós via
1231 eletrônica. Vamos estabelecer uma data. 30 dias? Uma semana?

1232

1233

1234 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Eu fico desconfortável
1235 porque eu não vou fazer sozinho, é claro, tem a equipe, até porque eu não
1236 tenho esse conhecimento todo, mas...

1237

1238

1239 **A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – A ideia é nós formamos um Grupo
1240 de Trabalho aqui, contribuição, todo mundo no e-mail e você vai ao Ministério
1241 dar uma olhada para como é que ele fica e a ideia é transformar em Resolução
1242 e depois encaminhar ao jurídico. Mas aí nós vamos ter que mexer tudo.

1243

1244

1245 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Essa rede de grupo seria...

1246

1247

1248 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então, nós vamos fazer um
1249 GT, é essa a sua sugestão Kátia?

1250

1251

1252 **A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Sim.

1253

1254

1255 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então, esse Grupo de
1256 Trabalho, quem quer fazer parte dele? Então, o Antônio Henrique.

1257

1258

1259 **A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Eu também.

1260

1261

1262 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Nós estamos querendo
1263 menos de 30 já.

1264

1265

1266 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Mas, a sua
1267 contribuição é importante.

1268

1269

1270 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Esse grupo de trabalho é
1271 via Internet. Rachel você também? Rachel e Kátia, é isso?

1272

1273

1274 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Então, eu posso só
1275 recomendar o prazo? Pode ser 20 dias com 10 de tolerância.

1276

1277

1278 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Agora o objetivo disso é
1279 agenda uma nova Câmara Técnica, uma nova data para a Câmara Técnica e
1280 tocar isso para frente.

1281

1282

1283 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Senão só daqui a três
1284 anos de novo.

1285

1286

1287 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu acho que nós
1288 poderíamos trata esse assunto com brevidade e cuidar ainda este ano se
1289 possível.

1290

1291

1292 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Até porque como vai ser
1293 discutido num grupo pela Internet, eu acredito que vai se fechar na Internet.
1294 Então, aqui nós só apresentamos para...

1295

1296

1297 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Porque lembrando a todos
1298 que o objetivo maior dessa reunião é para nós liquidarmos todas as pendências
1299 que nós temos. Então, nós estamos criando uma pendência que seria o que
1300 nós estamos objetivando aqui agora.

1301

1302

1303 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Outra observação, seria
1304 interessante caso, como vai passar pelo jurídico, vai ter que ter essa norma
1305 viável ou não transformar em recomendação a Resolução já deixar pré-
1306 aprovado uma recomendação, caso volte.

1307

1308

1309 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - O jurídico não é ele que
1310 decide se vai ter recomendação ou não. São os Conselheiros que indicam. São
1311 os Conselheiros. Eu queria que se tornasse uma Resolução. Então, vamos
1312 tocar assim. Então, com esse Grupo de Trabalho que são quatro, e vamos
1313 fazer isso via eletrônica e você é o cabeça de chave do Grupo de Trabalho
1314 para sintetizar a redação. E vamos fazer isso daí em 20 dias, com 10 de
1315 tolerância. Estamos de acordo? E eu acho que assim que isso tiver resolvido
1316 nós já marcamos uma outra reunião na Câmara Técnica.

1317

1318

1319 **SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Como?

1320

1321

1322 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Da reunião da Câmara
1323 Técnica. Vamos ver se nós a fazemos em novembro. Não é isso? Senão nós
1324 ficamos andando aqui em passos largos.

1325

1326

1327 **SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Isso porque a Câmara de Educação
1328 Ambiental não se reúne há um ano e tem tanta coisa para resolver em termos
1329 de educação ambiental.

57

1330

1331

1332**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Pois é, aquela (...)
1333ambiental ela sempre fica a baixo do que nós poderíamos estar trabalhando.

1334

1335

1336**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Eu não sei se isso entra, mas uma
1337coisa que eu sinto super falta aqui nessa Câmara está em consulta pública o
1338plano de consumo sustentável e é inadmissível que a Câmara Técnica de
1339Educação Ambiental não participe dessa discussão, está sabendo disso? Sei
1340lá, eu acho que nós temos que avaliar um pouco também essa questão. O
1341plano está em consulta pública, é um plano de consumo sustentável imenso
1342que o Ministério está fazendo e eu tinha quase certeza que isso estaria na
1343pauta. Nós vamos ter que ter um momento para discutir isso na Câmara de
1344Educação Ambiental.

1345

1346

1347**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Essa sugestão tem que
1348entrar na pauta também para a discussão. A próxima reunião já fica pautada
1349essa discussão. Qual é o nome do tema que você quer colocar Kátia?

1350

1351

1352**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – É o plano de consumo sustentável,
1353de produção e consumo sustentável. Já está na consulta pública? É uma
1354questão até 4 de novembro esse plano está, Câmara Técnica de Educação
1355Ambiental eu acho tem que ter uma posição sobre isso. Eu acho que é
1356fundamental a A3P está junta. Desculpa aqui que eu entrei em uma questão
1357que não estava nem na ordem aqui, não estava nem na ordem aqui, mas é
1358uma questão de ordem assim, para lembrar essa questão que é fundamental. É
1359o plano nacional, isso não está nem aqui. Para hoje? As pessoas têm que ler.
1360Eu já dei uma olhada, eu conheço o plano.

1361

1362

1363(*Interferência fora do microfone. Inaudível*).

1364

1365

1366**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Já que
1367tocaram no assunto aí eu trabalho na Secretaria de Meio Ambiente, nós
1368vivemos atolado de serviços naturalmente, mas nenhum colega comentou
1369sobre essa consulta pública, nós temos Grupo de Trabalho lá. Então, assim a
1370divulgação disso aqui, eu vou fazer uma enquete assim que eu chegar à Bahia
1371para perguntar quem está sabendo disso. Porque caberia nós fazermos um
1372trabalho de divulgação maciça disso aí, apoiar o Ministério nessa divulgação
1373para que as pessoas possam contribuir. Eu já estou na lista e vou mandar para
1374meio mundo de gente.

1375

1376

58

1377**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – O Ministério poderia mandar uma
1378carta... Até 4 de novembro.

1379

1380

1381**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Presidente, só voltar
1382rapidinho, encaminhada essa questão de fazer a proposta de Resolução?
1383Então, é isso, não é isso? Então, se me permitirem eu vou pedir licença por
1384que...

1385

1386

1387**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – O Nilo poderia até, ele não estava
1388aqui na hora... Na hora que nós estávamos discutindo você não estava aqui
1389talvez você possa até dar uma luz para nós, porque foi feita uma
1390recomendação e o pessoal aqui está querendo transformar em Resolução. Aí
1391muda toda a questão.

1392

1393

1394**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Só uma observação
1395assim, mais pela jurisprudência no CONAMA como tem sido. A Câmara
1396Jurídica normalmente tem retornado à Câmara Técnica de mérito resoluções
1397que não estabelecem parâmetros, prazos, critérios e coisas bem determinadas
1398que vinculem realmente a ação do Estado, da União, do Estado e do município.
1399É diferente quando você faz.

1400

1401

1402**O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Eu fico feliz com a fala do
1403Nilo porque ela vai de encontro com a Resolução porque a nossa proposta é
1404que tenha estabelecido sim prazos e metas, que foi votado, inclusive, por cinco
1405contra três.

1406

1407

1408**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Se já foi votada não
1409temos, claro que a Câmara está reunida e podemos rever, mas o que eu quero
1410colocar, Conselheiro, é o seguinte, é que do ponto de vista da competência do
1411CONAMA, para função educação ambiental, propriamente, entendeu, não tem
1412previsão na 6.938 de estabelecimento de critérios, parâmetros,
1413especificamente para a educação ambiental. Normalmente, em alguns outros
1414casos como recentemente teve uma Resolução CONAMA que estabeleceu
1415alguns indicadores para a ação de educação ambiental no setor privado, no
1416setor público, aquilo foi como Resolução, começou e passou, mas a tramitação
1417foi bem difícil, foi bem difícil, voltou duas vezes, me parece, para a Câmara
1418Técnica e a jurídica não admitia como Resolução. Então, se é possível,
1419inclusive aqui, o setor público tem que se pronunciar porque o endereçamento
1420dessa Resolução é, sobretudo, do setor público, não adianta, com todo o
1421respeito à Confederação Nacional do Comércio, que é um pessoal que trabalha
1422e sabe negociar bem, pela própria característica da atividade, mas o setor
1423público tem que dizer claramente qual é o grau de viabilidade de se estabelecer
1424na forma de uma Resolução, com prazo, com parâmetro. Pela experiência que

1425eu tenho da A3P no âmbito do MMA, inclusive, eu não vou nem falar da esfera
1426pública federal, mas do MMA, não tem sido tão fácil andar com implantação
1427disso na prática porque envolve custos. Toda Resolução do CONAMA que
1428estabelece, que implica custo ela tem que indicar a fonte, senão ela também
1429pode ser aprovada isso é regimental. Então, é só essa observação que tem
1430que ser feita, se a Câmara já aprovou que é Resolução, vai para a jurídica, mas
1431é muito provável que volte para a Câmara Técnica de Educação Ambiental com
1432a recomendação da jurídica de que seja recomendação mesmo, estabelecendo
1433os mesmos artigos, proposta e tal e, naturalmente, vai depender muito da
1434mobilização. As recomendações e mesmo a Resolução que foi aprovada
1435recentemente de educação ambiental, ela não vincula e não obriga
1436praticamente a nada, mesmo tendo o nome de Resolução. Então, a
1437impropriedade é essa. A crítica que foi feita até na Plenária foi essa, quer dizer,
1438ela não obriga praticamente a nada, porque ela foi aprovada sobre conceitos,
1439referências que devem ter a educação ambiental no setor público e privado,
1440embora ela tenha sido aprovada como Resolução, na prática ela tem um
1441caráter de recomendação, ela tem um caráter orientativo. Então, é nesse
1442sentido que eu vejo assim, que as decisões no âmbito dessa Câmara Técnica
1443elas dependem muito de mobilização efetiva para serem implementadas. Por
1444isso, que elas têm um caráter mais recomendativo, mas se aprovou a
1445Resolução, manda para frente como Resolução e vamos ver como é que a
1446jurídica encara isso.

1447

1448

1449**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Eu tinha que
1450entender o que a A3P de certa forma daria conta, mas aí alguns depoimentos,
1451o secretário aqui municipal, do Meio Ambiente, representante da secretaria
1452estadual, nós começamos a perceber que recomendação é muito frágil para
1453que, por exemplo, uma escola na qual nós vamos sim como Câmara Técnica
1454de Educação Ambiental colocar disciplina de educação ambiental, que ela nos
1455dê o exemplo, só que a escola é um instrumento, aqui nós estávamos
1456brincando com esses exemplos dos copos plásticos, eu tenho certeza que você
1457sofre, Nilo, mas e aí, por que essas mudanças, nós sabemos das dificuldades,
1458mas de repente, se nós conseguirmos avançar com base na A3P e
1459transformamos isso numa Resolução, nós temos que dar exemplo, uma escola
1460municipal tem que dar exemplo, ela não pode ter e no resultado final significar,
1461inclusive a economia para o próprio Estado. Nós acabamos aqui acreditando
1462que a força de uma Resolução pudesse dar luz aos órgãos públicos, é aquela
1463história, faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.

1464

1465

1466**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Nilo, com
1467relação a ter recurso, as avaliações que nós temos até o momento é que o
1468retorno financeiro do investimento na A3P e na agenda socioambiental se dá
1469no período muito curto. Então, assim, ter recurso para fazer, tem um
1470investimento, mas ele retorna rapidamente, (*Inaudível*) da Bahia implantou lá
1471um sistema de engenharia ambiental e com 6 meses já tinha pagado o
1472investimento. Hoje está representando uns 200 mil de economia no Estado.

1473Então, eu acho que em um caso desse tipo, dessa natureza, a economia de
1474água e economia de energia, enfim, todas as economias é um investimento
1475que retorna tão rápido, está entendendo, que está aí, o Marcius falou que está
1476para sair no PAA recursos para isso, mas nós temos que ficar de olho porque
1477assim, precisa de um pequeno recurso para dar um ponto pé, mas sabendo
1478que a partir de um determinado momento a roda gira sozinha e esse momento
1479é rápido, se os governos pensam em quatro anos, esse retorno se dá com um
1480ano. Está entendendo? Então, assim, analisar desse ponto de vista. Nós
1481estávamos falando de estratégia aqui, a Rachel fez uma colocação muito
1482importante sobre isso, e uma outra coisa que a Câmara poderia repensar é se
1483para não haver bate e volta no momento nós fazemos como recomendação e
1484nós nos prepararmos para Resolução, para entrar com a Resolução no
1485momento seguinte. Eu gostaria de colocar isso para a reflexão do grupo.

1486

1487

1488**A SR^a. MARIA JOSE DE SOUSA HOLANDA (REPT-CTEA)** – Eu concordo
1489com o Tosa e antes mesmo de haver essa votação em relação à resolução eu
1490vejo bem claro e definido o que é uma resolução e o que é uma recomendação.
1491Então, se nós estamos definindo e dentro da legislação do CONAMA está bem
1492claro o que é uma recomendação e o que é uma resolução e nós estamos
1493querendo transformar um trabalho que foi feito em cima de uma
1494recomendação, estamos querendo transformar em resolução é como se nós
1495tivéssemos simplesmente partindo do zero, começando no final de um
1496Governo, no final de uma gestão, começando tudo outra vez. Porque resolução
1497é bem diferente, porque nós temos Resolução do CONAMA/20, que fala sobre
1498a questão dos padrões de qualidade da água, quer dizer, é uma coisa bem
1499clara, agora fazer uma resolução em cima da implantação de padrões de
1500sustentabilidade dentro da administração pública é especificamente a
1501administração pública. Então, não há necessidade disso. É o pensamento de
1502Maria José do Estado do Ceará.

1503

1504

1505**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu só queria concluir em
1506cima disso porque quando se foi feita a votação e por ter ganhado a questão da
1507Resolução CONAMA ficou bem claro para nós que o ganho, transformar em
1508resolução, porque o outro teria inócuo. Então, da maneira como foi discutida,
1509então, no caso de nós já estarmos transformando em resolução já é um
1510andamento que foi dado aqui nessa Câmara Técnica, uma coisa mais eficiente,
1511quer dizer, a questão da forma... Esse é o nosso trabalho. Mas, o que ficou
1512decidido, Maria José, dentro daquilo que foi comentado e apresentado pelo
1513Marcius chega-se a conclusão que era inócuo e daí a proposta de transformar
1514numa resolução (...) e o ganho é transformar numa Resolução CONAMA.
1515Agora o trabalho que vai dar a mão-de-obra cabe a nós fazê-lo.

1516

1517

1518**O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (ONG Novos Curupiras)** – Bom,
1519pelo o que eu observo é que nós tentamos, vamos e ficamos no rodeio,
1520quando nós decidimos, quando eu aprendi que quando eu decido, eu tomo

1521posição, foi decidido, agora se as pessoas, se nós estamos querendo rever
1522nós temos que ser maduros para saber o que nós queremos, o que nós temos
1523que perceber é que nós traduzimos para um avanço. Todo mundo sabe que
1524existe uma diferença muito grande de recomendação para resolução. O fato de
1525nós decidirmos aqui sobre criar, não é refazer uma recomendação em
1526resolução e sim, criar uma resolução, com Grupo de Trabalho participativo com
1527a contribuição de cada um é ousar, ousar é avançar. Então, nós estamos na
1528perspectiva de avançar a questão ambiental onde nós percebemos que na
1529administração pública é uma frase assim bem clara, o que é a graça eu gasto,
1530tudo que, se você for comparar o gasto da iniciativa privada com a coisa
1531pública, é incrível como se gasta uma resma de papel em menos de 10
1532minutos. Isso aí como exemplo. Então, ou nós temos ousadia e nós acabamos
1533levando para o próximo ponto de pauta ou então nós vamos ficar no rodeio e
1534fica difícil para compreender o encaminhamento dessa Câmara.

1535

1536

1537**O SR. AGNALDO MENDONÇA DE LIMAS (ANAMMA/SUL)** – Só por questão
1538de ordem porque já foi votada a matéria, já foi montado o Grupo de Trabalho,
1539eu acho que nós estamos perdendo tempo agora discutindo esse assunto, se
1540já tem votação, já tem GT criado, por que nós estamos agora perdendo tempo
1541e querendo voltar a atrás do que já foi decidido, o que já está decidido, já está
1542decidido, eu acho que agora é seguir em frente.

1543

1544

1545**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Era exatamente isso,
1546Presidente, que eu queria dizer, eu acho que já foi votada então, a questão
1547agora é de encaminhamento. Eu até quero, quando isso acontece,
1548normalmente, eu peço que me chamem porque eu posso dar algum tipo de
1549informação mais do ponto de vista do andamento das coisas dentro do
1550CONAMA e nunca para decidir, mas não fui chamado. Então, já tinha sido
1551votado, paciência. Agora, o que eu quero dizer é o seguinte é que com a
1552formação do Grupo de Trabalho, como a matéria não vai ser resolvida hoje, ela
1553vai para próxima reunião, já com orientação da Câmara que seja uma
1554resolução, o que eu sugiro, Presidente, é o seguinte, só já encaminhando,
1555sugerindo um encaminhamento, é o seguinte, é que nós não temos uma
1556condição de fazermos mediação de grupo virtual, nós não temos aqui no
1557CONAMA essa condição. Sabe, de criar um grupo na Internet e tal, o que o
1558regimento prevê é Grupo de Trabalho, só que para não ter que fazer uma
1559reunião desse Grupo de Trabalho necessariamente só para discutir isso, o
1560grupo pode ser estabelecido pela Câmara, a Câmara cria o Grupo de Trabalho
1561e propõe que na próxima reunião da Câmara Técnica, na próxima reunião, que
1562vai ter que ter uma próxima reunião para apreciar pelo menos essa matéria,
1563essa proposta de resolução, na próxima reunião se faz uma prévia do Grupo de
1564Trabalho, na primeira parte da reserva, duas horas iniciais, para que o grupo se
1565reúna e detalhe aquilo que discutiu por meio eletrônico, por e-mail, durante
1566esses dias, dar um último fecho e aí a reunião da Câmara Técnica se instala na
1567sequência. Eu acho que isso é possível, não há nada no Regimento que
1568impeça isso porque a própria Câmara pode admitir que aqui agora que a

1569 discussão se faz por meio eletrônico, avance ao máximo por meio eletrônico e
1570 quando marcar a próxima Câmara Técnica já seja só para discutir e fechar, só
1571 que aí o grupo se reúne uma hora antes de iniciar a Câmara, digamos que nós
1572 marcamos a Câmara para 10h30, o início, e marca 9h para o Grupo de
1573 Trabalho, o grupo se reúne só para dar o último fecho para não ficar ocupando
1574 todos os Conselheiros e em seguida instala a Câmara Técnica já com o
1575 consentimento aqui de todos, que nós não vamos ter aquele prazo de cinco
1576 dias de antecedência, mínimo, cinco dias úteis, quer dizer, é por isso que eu
1577 acho que a discussão por meio eletrônico pode ajudar bastante. Agora, nós
1578 não temos como formalizar isso, não tem previsão nem no Regimento e nem
1579 nós temos logística capaz de fazer essa mediação de grupo. Entendeu? O
1580 texto, a Raquel, por exemplo, já está fazendo ali as alterações, digamos que
1581 ela mande já uma proposta inicial para todos, as pessoas comentam, fazem
1582 agregações, fica encarregado, por exemplo, ela pode ser relatora ou qualquer
1583 outro membro da Câmara Técnica e já assume como relator da matéria e o
1584 grupo se reuniria no início. A não ser que, o João está aqui ao meu lado,
1585 apreensivo e agachado, pode ser que ele tenha alguma sugestão diferente,
1586 mas é a sugestão que eu faço para a Câmara.

1587

1588

1589 **O SR. JOÃO LUIZ (CONAMA)** – É apenas até para pegar o gancho que o Nilo
1590 deixou referente às previsões que nós temos no Regimento Interno, uma vez
1591 que foi decidida a criação do Grupo de Trabalho, realmente, o Nilo já adiantou
1592 que nós não teríamos nem a previsão regimental para atender uma
1593 moderação. Mas, como o Grupo de Trabalho requer a nomeação de
1594 coordenador e de relator no ato da sua criação, então, que esse coordenador,
1595 se for o caso, já trate essa parte de moderação e faça inclusive o apanhado de
1596 todas as colaborações via Internet... É só para nós termos esse cuidado.
1597 Então, nomear aqui o coordenador e relator e que esses sejam então os
1598 moderadores para já trazerem uma coisa mais concreta na hora da discussão e
1599 aí não esquecermos só de nomeá-los.

1600

1601

1602 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Bom, então, ficou decidida
1603 a formação do grupo. E quem é que vai ser o coordenador desse grupo?

1604

1605

1606 **O SR. JOÃO LUIZ (CONAMA)** – – Seria só Conselheiro?

1607

1608

1609 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Eu acredito que não, o
1610 Grupo de Trabalho não é necessário ser Conselheiro não. O Grupo de
1611 Trabalho pode participar...

1612

1613

1614 *(Inaudível)*

1615

1616

1617 **A SR^a. MARIA JOSE DE SOUSA HOLANDA (REPT-CTEA)** – Não, pode por
1618 ele.

1619

1620

1621 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - No caso, você fica como
1622 coordenadora e ele o relator. OK. Eu acho que esse assunto aqui está
1623 concluído. Então, vamos passar para outro tema.

1624

1625

1626 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Antes de passar, eu queria
1627 fazer a minha despedida, porque como eu já tenho um trabalho novo. Eu já vou
1628 passar para a equipe da A3P para nós começarmos os trabalhos e gostaria de
1629 me retirar, pedir licença para vocês (...) para dar continuidade porque tem
1630 outras demandas do Ministério. Eu agradeço a participação e nós vamos estar
1631 nos falando. Então, até a próxima reunião. Muito obrigado.

1632

1633

1634 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Bem, nós vamos estar
1635 marcando também já uma data para fazer essa nova reunião da Câmara
1636 Técnica para novembro. Então, nós só estamos vendo qual é a data da
1637 Plenária do CONAMA para se for possível nós fazermos um dia antes porque
1638 aí já fica aqui todo mundo, já está aqui. Então, vamos fazer isso aqui para
1639 novembro. Dia 24 de novembro? Novembro e outubro. Nós estamos em
1640 outubro, dia 28. Para Plenária, não é? 25 de novembro. Eu acho que está
1641 longe mesmo. Então, qual seria antes da semana que antecede, qual é a data?

1642

1643

1644 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Na primeira quinzena.

1645

1646

1647 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Dois é feriado e 15
1648 também. 15 é segunda. Podia ser dia 17? Vai ter que ir para o jurídico e aí
1649 desce para cá e depois é que vai para a Plenária. Dia 23 de novembro, então,
1650 é a data? Pode ser, bom, entre um e 15 nós temos dois feriados e 15 é feriado.
1651 Só se fosse no dia 15, dia 17? 15 é feriado.

1652

1653

1654 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Dia 10? Dia 7?

1655

1656

1657 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Olha, tem uma
1658 disponibilidade aqui técnica para o dia 12.

1659

1660

1661 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Já está vago estrategicamente aí.

1662

1663

1664 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Dia 9 não daria?

71

1665

1666

1667 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Quinta-feira. Para nós
1668 podemos fazer uma...

1669

1670

1671 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Pois é, dia 26 de novembro.

1672

1673

1674 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Presidente só uma
1675 sugestão aqui, como essa matéria não entra de forma nenhuma nessa próxima
1676 Plenária, pode ser na semana seguinte à Plenária também. Há alguma
1677 dificuldade?

1678

1679

1680 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – 24 e 25 é a Plenária no CONAMA.

1681

1682

1683 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Porque são quatro dias.
1684 Porque tem a nossa Câmara no dia 23, tem 24, 25 e seria 26.

1685

1686

1687 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Para nós do
1688 departamento também é muito difícil uma Câmara Técnica no dia seguinte à
1689 Plenária. É muito difícil. O que eu estou dizendo é na semana seguinte, na
1690 semana da Plenária. Na primeira semana dezembro ainda dá.

1691

1692

1693 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Dia 25 de novembro que
1694 dia é da semana? Quinta? 25 de...

1695

1696

1697 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Dia um, dia dois de
1698 dezembro, não é possível? Quarta ou quinta-feira?

1699

1700

1701 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - 30 de novembro. Todos de
1702 acordo? Terça-feira, 30. Está marcado, terça-feira, dia 30 de dezembro,
1703 reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental, objetivada com esse tema
1704 que deverá estar encaminhado para nós fazermos a finalização aqui.

1705

1706

1707 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – A Câmara acolheu
1708 aquela ideia de fazer o Grupo de Trabalho antes?

1709

1710

1711 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - O GT sim.

1712

72

73

1713

1714 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Então, a reunião seria
1715 do Grupo de Trabalho e da Câmara Técnica.

1716

1717

1718 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então, está combinado.
1719 Dentro da Ordem do Dia tinha o assunto 3.1 que é a recomendação para
1720 Centro de Educação Ambiental que foi colocado para depois. Podemos tratar
1721 desse assunto? Então, vamos deixá-lo na pendência e vamos para o 3.3 que é
1722 processo nº [02000.002622/2005-11](#), que se trata da consulta prévia ao
1723 Conselho de Política Pública, é o assunto. Eu solicito a apreciação do
1724 CONAMA sobre o termo de parceria entre a Associação Amigos do Futuro e o
1725 Tribunal Superior do Trabalho na implementação de agenda ambiental, de
1726 acordo com o art. 11 da Lei de 9.790 de 23 de março de 99. O interessado é o
1727 Tribunal Superior do Trabalho e a tramitação está em análise de Parecer
1728 Técnico nº 24/2006, Departamento de Economia e Meio Ambiente e Comissão
1729 Gestora de A3P. E deliberação sobre o encaminhamento da matéria. Alguém
1730 quer fazer alguma consideração sobre o assunto? É o 3.3. Pode levantar.
1731 Deixa ver.

1732

1733

1734 **A SRª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Onde está esse termo?

1735

1736

1737 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - O assunto é o 3.3, o
1738 processo 2005-11.

1739

1740

1741 **A SRª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu não entendo esse ponto dessa pauta.

1742

1743

1744 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Essa pauta vem de
1745 quando? Você tem noção? É o 3.3 de 2005. Conselho de Política Pública. A
1746 tramitação é análise do Parecer Técnico nº 24/2006 do Departamento de
1747 Economia e Meio Ambiente e Comissão Gestora de A3P. E deliberação sobre
1748 o encaminhamento da matéria.

1749

1750

1751 **A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Esse é um
1752 processo antigo que estava parado também que foi uma consulta que o
1753 Tribunal de Contas da União para fazer essa parceria com o Amigos da
1754 Natureza, então, eles apresentaram o projeto para implementação A3P.
1755 Porque de acordo com um a legislação diz que para fazer essa parceria
1756 precisa de uma consulta do Conselho de políticas. Então, foi feito isso,
1757 relativamente estava um *standby* e tem esse Parecer Técnico nº 24 para nós
1758 darmos uma olhadinha e vocês analisarem o encaminhamento.

1759

1760

74

75

1761 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - O parecer é de 2005.

1762 *(Inaudível)*

1763

1764

1765 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Tem um
1766 processo anual aqui. O projeto de apresentação e elaboração da implantação
1767 da A3P foi apresentado por essa organização em 2004. Em 2005 tem o
1768 parecer jurídico do MMA de 2005, informação nº. 491 de 2005, de 05 de agosto
1769 de 2005 e o parecer técnico é de 2006. Três datas até chegar ao parecer
1770 técnico. Nós estamos em 2010, finalizando, essa pergunta é que não pode
1771 proceder. A organização quando enviou o projeto colocou detalhadamente, com
1772 orçamento e com tudo, eu fiz a leitura do projeto, mas é um projeto de 2004,
1773 quer dizer, isso tudo teria que ser atualizado, etc., fazer novas resoluções,
1774 valores e etc. e teria que retomar, a meu ver teria que retomar isso para a data
1775 de hoje, se ainda há interesse dessa organização, se ela existe, qual o valor
1776 seria o projeto, quais os ajustes que foram feitos de lá para cá nos marcos
1777 legais e etc..

1778

1779

1780 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Presidente, é o
1781 seguinte. Nós temos condições de fazer contato de imediato com essa
1782 entidade Amigos do Futuro para verificar se ainda procede essa manifestação
1783 aqui do CONAMA. Então, o que quero sugerir é o seguinte, por outro lado, eu
1784 estou preocupado aqui porque alguns Conselheiros, a Rachel me disse aqui
1785 agora que não vai poder permanecer à tarde, e a Kátia também não, parece o
1786 que o Claudison também não, que está aqui pelo ICMBio. Então, o que eu
1787 estou querendo sugerir é que a Câmara suspenda, não aprecie esse item
1788 agora, enquanto, nós tentamos fazer contato com a entidade para verificar se
1789 ainda é procedente esse parecer e essa posição da Câmara Técnica e aí a
1790 minha sugestão é que a Câmara entre logo na matéria sobre os centros de
1791 educação ambiental, que é principal dessa pauta e tente resolver nesse prazo
1792 aqui, são quinze para meio dia e talvez nós consigamos resolver com facilidade
1793 porque é só uma recomendação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
1794 talvez possa ser resolvida aqui com alguma brevidade. E aí porque o José de
1795 Moraes ficou de vir, mas até agora não chegou e o celular dele está dando fora
1796 de área.

1797

1798

1799 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Existe ali em tela a
1800 consideração final da Coordenadora da Comissão Gestora da A3P, que
1801 considera que diante do que está sendo exposto entendemos que a forma mais
1802 adequada de se encontrar num projeto de gestão ambiental, no âmbito do
1803 Tribunal Superior do Trabalho é a adesão à A3P, por meio de uma parceria
1804 com o Ministério do Meio Ambiente, uma vez que esse tem a responsabilidade
1805 de apoiar todas as ações referentes à implementação da agenda.

1806

1807

76

1808 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Só para esclarecimento, eles pedem para
1809 uma entidade fazer parceria com o TCU para implantar A3P e o Ministério do
1810 Meio Ambiente que dá esse apoio e ela já foi bem clara ali, não tem que fazer
1811 parceria.

1812

1813

1814 **O SR. JOSÉ MARCIUS DIAS CORADINE (MMA)** – Só por questão de ordem,
1815 no site aqui, através do O Globo está dizendo que em 21 de março de 2010 já
1816 foi firmado a parceria com essa associação para implementar o Plano de
1817 Gestão Ambiental, extraído do Tribunal Regional, está nos jornais aqui já. Já
1818 está resolvido.

1819

1820

1821 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Passou pela nossa
1822 competência? Não passou. Bom, então, vamos considerar o assunto, vamos
1823 dar um de acordo então para esse parecer aqui para podermos pelo menos
1824 tentar encaixarmos com o que está no jornal? Vamos encaixar os assuntos.
1825 Então, senhores Conselheiros, vamos votar a favor da matéria. Contrário?
1826 Então, está aprovado. Aprovado o parecer. O interessado é o Tribunal Superior
1827 do Trabalho.

1828

1829

1830 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Não, mas a Câmara Técnica aprova o
1831 parecer do Ministério.

1832

1833

1834 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então, Nilo qual é a
1835 sugestão desse encaminhamento?

1836

1837

1838 Não, a Câmara Técnica aprovou o parecer. Foi declarado aprovado. Então, nós
1839 vamos encaminhar para o órgão que deu o parecer esse posicionamento da
1840 Câmara Técnica de Educação Ambiental.

1841

1842

1843 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Favorável ao parecer?

1844

1845

1846 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Eu estou
1847 só preocupado, Nilo, para nós não ficarmos mal na história, é que foi publicado
1848 no Diário Oficial da União em 2005, eles já fechando esse acordo.

1849

1850

1851 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – O Parecer é contrario?

1852

1853

1854 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Não. Tudo
1855 OK. O problema foi que a notícia ficou velha. E nós ficamos respondendo uma
1856 coisa...

1857

1858

1859 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Nós podemos fazer uma
1860 consideração Nilo? Podemos considerar em cima disso que (...), tendo em vista
1861 já o andamento independente dessa Câmara Técnica nós damos por
1862 encerrado o assunto por esse andamento?

1863

1864

1865 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Eu não sei. Vocês são
1866 quem sabem.

1867

1868

1869 **A SR^a. APARECIDA DEMONER RAMOS (ANAMMA)** – O que eu vejo aqui é
1870 que eles abriram um processo solicitando um parecer da Câmara Técnica,
1871 houve um parecer do órgão que executa o projeto na data pertinente, no prazo
1872 oferecido, veio para a Câmara Técnica e ficou parado na Câmara Técnica.
1873 Como ficaram parado aqui eles tomaram as providências, não ficaram
1874 aguardando, porque eles tinham, o mundo não para, como a Câmara Técnica
1875 não pode se reunir, e tomaram as providências . Então, qualquer ação nossa
1876 vai mostrar que nós não funcionamos. Não tem efetividade porque os
1877 processos são de 2006, 2005, e vão ser julgados agora, cinco anos depois,
1878 quer dizer, nós estamos atrasados, eles não tomaram a atitude correta, mas
1879 também nós não temos a resposta no tempo correto, o que nós vamos fazer?

1880

1881

1882 **O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (ONG Novos Curupiras)** – Bom, a
1883 informação é o grande poder da humanidade, e se tem informação que já teve
1884 procedimento, então, cita e dá por finalizado. Não tem decisão. Porque já
1885 finalizou ali. Simplesmente chegou aqui e tramitou por esse período todo,
1886 então, simplesmente cita de acordo com o tal procedimento, nós damos por
1887 encerrado o assunto, arquiva. Não tem posicionamento. O posicionamento fica
1888 relevante ao procedimento. Então, pede-se o arquivamento, mediante o trâmite
1889 tal pede-se o arquivamento. Perdeu o efeito.

1890

1891

1892 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Pode ser, então, Raquel?

1893

1894

1895 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Só para fechar e eu concordo com você e
1896 eu acho que nós precisamos arquivar, mas não é que Câmara Técnica tenha
1897 sido incompetente, não é dá abrangência da Câmara Técnica para fazer isso e
1898 quando chegou estava, eu me lembro o que aconteceu, essa mesma ONG
1899 tinha feito no Ministério da Educação um projeto que começou e depois teve
1900 que acabar, que terminar na metade do que estava acontecendo, porque eu
1901 acho que o Tribunal, algum tribunal, a AGU e tal considerou como não

1902pertinente e é exatamente o que a Coordenadora da Comissão de Gestora da
1903A3P falou e aí essa mesma ONG tentou fazer que o Ministério da Justiça e
1904outros ministérios e achou que a Câmara Técnica poderia dar o parecer
1905favorável para eles poderem fazer A3P com uma organização não-
1906governamental. Aí chegou à Câmara Técnica e realmente não é do âmbito da
1907Câmara Técnica e nunca foi respondido. Eles quiseram criar uma outra
1908instância que pudesse deliberar a favor dessa ONG.

1909

1910

1911**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Então, nós podemos fazer
1912uma consideração junto ao arquivamento (*Intervenção fora do microfone.*
1913*Inaudível*), decidir arquivar o assunto.

1914

1915

1916**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Presidente,
1917o que a Raquel falou, procede. Eu vou só ler para vocês aqui rapidamente. O
1918Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, o TSE e a Associação Amigos do Futuro,
1919dando legal o art. 57... Da lei oficial da União, em 25/3/2002, sessão 3, parecer
1920novo objeto. Prorrogar a vigência até 25 de março de 2006, aí vem (...) tal,
1921processo tal, vigência (...) de 2005, tempo de serviço de poder, ou seja, quando
1922eles nos mandaram, eles já estavam prorrogando o prazo de uma coisa que já
1923tinham assinado.

1924

1925

1926**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca-Brasil)** - Já tinha julgado
1927improcedente, uma ONG fazer esse tipo de atividade...

1928

1929

1930**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – –
1931Presidente, retome os trabalhos. Vamos lá passar para o assunto, 22 já foi. O
19323.1, voltamos à questão dos representantes que não estão presentes.

1933

1934

1935**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – É que
1936Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos fez algumas observações, na verdade,
1937fez uma observação, uma recomendação para a Câmara Técnica... Tem
1938alguns pontos que estão presentes no próprio texto da proposta de
1939recomendação, é isso? Documento separado. O José de Moraes, ele viria para
1940fazer a apresentação desse documento, porque ele foi escalado pela Câmara
1941Jurídica para ser um relator dessa matéria, lá na Câmara Técnica de Assuntos
1942Jurídicos. Só que como ele não chegou até agora e nós não dependemos dele
1943para deliberar sobre o assunto, eu acho que, inclusive, Claudison participou
1944dessa Câmara Jurídica, você está relativamente informado também da
1945recomendação, mas ela está escrita. Então, é a questão só de Câmara ler a
1946recomendação da Jurídica e aprovar ou tomar uma decisão aqui em relação a
1947isso, é só isso a decisão. Tem como abrir aí Renato...

1948

1949

1950 **SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Esse foi o
1951 documento apresentado pelo Renato do DCONAMA, esse foi o documento
1952 apresentado pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Vocês querem que
1953 eu faça a leitura integral do documento? Bem, a Câmara Técnica de Assuntos
1954 Jurídicos, na última reunião, na 58^a Reunião, decidiu devolver a proposta de
1955 recomendação a Câmara Técnica de Origem, para que a mesma responda os
1956 seguintes quesitos, quesitos de ordem geral. O documento sugere critérios e
1957 diretrizes a quem, por sugerir um ordenamento pretende o reconhecimento do
1958 Poder Público, por que a foi escolhida em vez de Resolução, que é habilitada a
1959 baixar comandos. Ao enviar a proposta de recomendação de acordo com o
1960 que... Vocês vão discutir ponto a ponto ou querem que eu leia o documento na
1961 íntegra?

1962

1963

1964 **O SR. CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS (DEA/MMA)** – Foi uma
1965 discussão interminável e cansativa. No final, eu até comentei isso com a
1966 Rachel rapidamente, uma das conclusões aqui, da Câmara Técnica de
1967 Assuntos Jurídicos chegou, é que o órgão gestor da Política Nacional da
1968 Educação Ambiental, tem competência para formular legislação, para produzir
1969 uma Resolução ou uma lei. Não sei exatamente qual seria a ferramenta, eu
1970 fiquei atônito na hora, porque eu não sabia disso, elas pegaram e vão fazer as
1971 leis e leram, eu não sei se (...), por isso que eu pedi esse comentário agora,
1972 porque sempre aparece ao final do documento essa observação deles. Para
1973 que mandar para a Câmara Técnica, para o CONAMA, se o órgão gestor pode
1974 fazer isso? Então, isso é uma coisa que cria um fato totalmente novo, que
1975 como o que o órgão gestor, se ele é competente para fazer isso de acordo com a
1976 Câmara Jurídica sim, quais seriam as ferramentas o que o órgão gestor teria,
1977 para convocar uma Resolução ou uma Legislação qualquer. Como uma coisa
1978 que criou um fato novo, uma situação meio estranha, porque para nós isso foi
1979 totalmente inédito. Agora, se isso procede, isso cria uma nova maneira de fazer
1980 legislação na área de Educação Ambiental do órgão gestor para que possa
1981 fazer. Isso é uma coisa que nós podíamos observar. Isso foi a Câmara Técnica
1982 de Assuntos Jurídicos que...

1983

1984

1985 **SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu também estranho muito... Quando o
1986 Claudison comentou, essa decisão comigo, nós lemos diversas vezes o Decreto
1987 que cria o órgão gestor e ele não tem poder deliberativo. Então, ele não pode
1988 legislar, ele não pode fazer isso. Nós, inclusive, estamos com o Comitê
1989 Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional da Educação Ambiental, nós
1990 estamos tentando mudar esse caráter não deliberativo do órgão gestor, mas
1991 por enquanto tem esse caráter. Ele não é deliberativo e nós não podemos ficar
1992 legislando, como você mesmo estranha. Então, vamos ver se está...

1993

1994

1995 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Na versão
1996 suja, não sei se vocês chegaram a ver os votos, sobre essa questão. A Cristina
1997 da CNI acha que não; o Planeta Verde sim; São Paulo acha que sim; IBAMA

1998 não; ANAMMA sim; e o Hélio se absteve. Então, essa votação aqui a maioria...

1999 Essa aqui pode.

20003

2001

2002 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Pode o quê? O órgão gestor pode

2003 normatizar?

2004

2005

2006 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Só para

2007 esclarecimento, esse documento é o que saiu da Câmara Técnica de Assuntos

2008 Jurídicos e com as considerações (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

2009

2010

2011 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – A Rachel,

2012 no comentário (...) nota no final: a Câmara Técnica de Educação Ambiental

2013 independentemente de importância do CONAMA da regulamentar a questão

2014 como votado pela CTAJ, pode propor ao Plenário uma recomendação ao órgão

2015 gestor, para que este no exercício da competência do art. 15, da Lei 9.795, e

2016 art. 3º, dos incisos IV, VII e VIII, do Decreto 4281, definam as diretrizes para a

2017 implantação dos CEAs. São Paulo e Pernambuco não apoiaram a indicação da

2018 nota acima referida. Mas de qualquer maneira são 5 que votaram.

2019

2020

2021 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Vamos, então, voltar para os objetivos

2022 dessa recomendação. Era em primeiro lugar, os CEAs são construídas ou

2023 estabelecidas em RPPN, ou pela iniciativa privada em diversas situações. Que

2024 não cabe a nós estabelecermos diretrizes, mas cabe a esses CEAs. O

2025 importante de se ter uma recomendação para ter Centros de Educação

2026 Ambiental é fortalecer os já existentes com uma recomendação do CONAMA

2027 que se criem Centros de Educação Ambiental e também estimular que se criem

2028 outros centros, novos centros. É colocar uma moldura como diretrizes básicas

2029 para implementação de Centros de Educação Ambiental, que nós

2030 consideramos importantes como atividades difusas de educação ambiental.

2031 Nada mais do que isso. Então, quanto menos interferência que nós tivemos

2032 melhor, e é por isso que ficou considerado como uma recomendação e não

2033 uma Resolução.

2034

2035

2036 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Presidente,

2037 eu acho o seguinte, que essa Resolução já foi por demais discutida aqui na

2038 Câmara Técnica no seu mérito, foi bem até a Rachel lembrara que também me

2039 lembrei da discussão e acompanhei um pouco na ocasião. Então, eu acho, a

2040 minha sugestão de encaminhamento para agilizar até porque o horário já são

2041 12h5, o ideal seria que nós não nos alongássemos em função do horário de

2042 almoço ou não atrasar muito o almoço dos senhores. O que eu estou querendo

2043 sugerir como encaminhamento, Presidente, é que se verifiquem exatamente as

2044 questões da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Eu acho que primeira

2045 delas, por exemplo, não é tão difícil de responder o que for possível a Câmara

2046Técnica responde ou verifica o texto de Resolução se pode esclarecer, que não
2047é só responder à jurídica tem que tornar no texto da recomendação, tem que
2048ver como é que... A primeira pergunta deles, por exemplo, se não me falhe a
2049memória, era a quem se dirige. Então, ela recomenda a criação e o
2050fortalecimento da CER, mas recomenda a quem? Aos órgãos do SISNAMA,
2051porque o CONAMA não tem a quem outro recomendar, são os órgãos que
2052integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Então, talvez no primeiro
2053artigo, tenha que deixar isso claro. Enfim, eu estou dando um exemplo, vai
2054vendo a dúvida da jurídica que vai vendo como esclarece na Resolução. O que
2055não for possível esclarecer também, manda declarando que esse ponto X não
2056foi possível incorporar na Resolução e pode justificar. Mas o máximo que puder
2057atender da jurídica vai facilitar a apreciação lá. Por exemplo, a Rachel já
2058fundamentou porque recomendação e não Resolução. Eu tenho uma
2059delicadeza que os advogados vão ter que entender. Então, explica essa razão,
2060faz uma explicação simples na própria entrelinha ou em baixo, na própria
2061Resolução para a jurídica ter uma resposta e uma orientação. É uma sugestão
2062de encaminhamento só para tentar agilizar.

2063

2064

2065**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Vamos,
2066então. Primeiro a CER, por questão de recomendação... Eu só sou falando
2067porque a Rachel já fez a defesa e já respondeu isso, não foi? Então, vamos
2068aproveitar a ideia e responder a terceira? Sugere a quem?

2069

2070

2071**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Essa
2072pergunta que eu queria entender. Por sugerir um ordenamento que se pretende
2073reconhecimento do poder público? Aqui, eu não compreendi bem a questão da
2074moldura. Até entendo o ponto de vista conceitual, mas do ponto de vista
2075funcional, que tem uma questão levantada no item B aqui, que eu achei
2076interessante. Que deve ter a cautela de não impedir ou dificultar iniciativas
2077espontâneas da educação ambiental como, por exemplo, os CEAs. Que é uma
2078questão de mérito, caso entenda que a proposta deva vir como Resolução.
2079Então, eu acho que deve... Acho que a princípio realmente como
2080recomendação. E com relação ao reconhecimento do poder público, eu
2081gostaria que você fizesse um esclarecimento em relação a isso, porque tem...
2082O assunto recomenda diretrizes para implantação e funcionamento de Centros
2083de Educação Ambiental. E aqui no item B, fala: O instrumento da
2084recomendação pode gerar a expectativa de instituições a criarem os Centros
2085de Educação Ambiental. Vai-se criar o reconhecimento do poder público e uma
2086expectativa, aí já não poderia ser recomendação teria que ser Resolução, e
2087teria que ser diretrizes de apoio para implementação e funcionamento do
2088Centro de Educação Ambiental e não diretrizes para implementação que fosse
2089pura e simplesmente uma “Instrução Normativa”, tem que tomar cuidado.
2090Orientações. Pode ser orientações. Agora vai ter o reconhecimento do poder
2091público com o apoiou... Como é que está se pensando essa questão?

2092

2093

2094 **SR. CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS (DEA/MMA) – (...)**
2095 resgatar um pouquinho a memória da Câmara de Assuntos Jurídicos. Que
2096 tinha uma pessoa que tem o CEA há 20 anos, ele foi o tempo todo contra essa
2097 recomendação, quer dizer, qualquer um cria um CEA, do jeito que entender.
2098 Então, se eu tenho que criar um CEA de acordo com as diretrizes, é porque eu
2099 tenho alguma vantagem com isso. Eu vou ter um reconhecimento, vou ter
2100 algum benefício? Essa é a questão jurídica. Eu vou ter um benefício por ser um
2101 CEA que se enquadra nessas diretrizes, que benefício? E outros CEAs que
2102 não se enquadrarem não podem ter acesso a esse benefício? Ficava uma
2103 questão de qual é o benefício de ser um CEA de acordo com essas diretrizes,
2104 tem que ter algum benefício, senão você não precisa definir diretrizes. Que
2105 benefício é esse? Se alguém vai assinar um convênio com uma ONG que
2106 tenha uma prefeitura que tenha um CEA, ele vai ter que... Então, eu só assino
2107 com você, se o seu CEA seguir as diretrizes da recomendação X, do
2108 CONAMA? Você cria uma coisa restritiva, tem benefícios. Eu queria saber que
2109 benefícios são esses que se pretende dar aos CEAs, que estiverem de acordo
2110 com eles. Começaram a questionar aspectos que nós queremos simplesmente
2111 definir como foi feita a educação ambiental, alguns parâmetros, algumas
2112 diretrizes e tal. Qualidade. Às vezes levantar essa questão, você se adequar a
2113 essas diretrizes, o que você ganha com isso? Porque se vai assinar um
2114 convênio com uma (...) para repensar um recurso, ela tem que estar dentro
2115 desse parâmetro? E quem já tem o CEA, não pode assinar um convênio? Esse
2116 questionário é que benefício que há de vir... Para você seguir as orientações...

2117

2118

2119 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA) – Um**
2120 comentário. Eu não peguei a discussão toda. Quando eu entrei na sala aqui,
2121 que vi que... Eu não lembro exatamente quem era a pessoa que levantou esse
2122 tipo de questionamento. Mas é uma visão que talvez se encaixe melhor em
2123 políticas públicas do tipo da saúde e da própria educação que vincula recursos,
2124 que já começa no orçamento que vincula recursos, enfim percentual obrigatório
2125 de investimento. Quer dizer, tem toda uma política onde o aspecto financeiro e
2126 o aspecto de apoio mais objetivo, ele está mais explicitado. O Sistema Nacional
2127 do Meio Ambiente esse é um dos “pés de barro” do Sistema Nacional do Meio
2128 Ambiente, eles não têm vinculação nenhuma, não é só nessa definição. Em
2129 outras recomendações do CONAMA você pode fazer a mesma pergunta, para
2130 outros tipos de matéria, não apenas educação ambiental. O que eu entendo é o
2131 seguinte, a recomendação com base na experiência do CEAs criados e com o
2132 parecer do órgão gestor que foi... Proposição veio, na verdade, do MEC, não é
2133 isso Rachel? Então, veio exatamente de uma instância, no caso, o Ministério
2134 da Educação, que compõe o órgão gestor e que entende que essas diretrizes
2135 são importantes do ponto de vista de implementar Centros de Educação
2136 Ambiental, que sejam mais efetivos. Então, com isso vieram as diretrizes, a
2137 Câmara Técnica aprecia e vamos dizer o que CONAMA aprove. Então, os
2138 CEAs que acompanham essas diretrizes estão de acordo com a recomendação
2139 CONAMA, e com isso eles podem citar essa recomendação toda vez que eles
2140 vão pleitear um convênio e um recurso que nós estamos constituídos de
2141 acordo com a recomendação número X, do Conselho Nacional do Meio

2142Ambiente e tal. Quer dizer, tem um valor em termos qualitativos, um valor em
2143termos políticos, um valor em termos normativos. Nós estamos seguindo
2144fielmente uma norma no que CONAMA estabeleceu. Uma recomendação o que
2145CONAMA estabeleceu. Na época da reunião eu não quis interferir nesse
2146sentido, porque eu achei que pelos argumentos que o rapaz levantou, ia ser
2147muito singelo esse argumento, eu acho que eu ia apanhar na primeira replica
2148dele. Então, eu achei melhor não avançar por aí não, porque a Câmara ainda
2149ter que se manifestar também no sentido das outras questões. Então, tanto
2150essa como aquela do órgão gestor também. Porque a Câmara Técnica de
2151Assuntos Jurídicos é reiteradamente, ela questiona há questionamento em
2152relação a recomendações ou Resoluções na área de Educação Ambiental,
2153quem sempre... Os conselheiros da jurídica é que entendem o que CONAMA
2154não tem competência em matéria de Educação Ambiental, ele sempre tem uma
2155discussão da 6.938, mas aí fala: É uma Resolução “Bombriil”, é a uma
2156competência “Bombriil” que o CONAMA faz de tudo com essas competências
2157da 6.938. Sempre tem esse debate lá, então eu achei melhor não entrar na
2158discussão. Mas eu acredito o seguinte, Claudison, que a Câmara Técnica de
2159Assuntos Jurídicos tem uma recomendação pela frente, eu acho que tem que
2160fazer o melhor possível do ponto de vista de dar as condições para a melhor
2161instalação e funcionamento desses centros e encaminha para a jurídica e esse
2162questionamento que ele faz, na verdade, não se endereça só a isso, há todo
2163um Sistema Nacional do Meio Ambiente. É uma questão que hoje, nós temos
2164que enfrentar não é nem nesse âmbito aqui, é no âmbito mais geral do
2165SISNAMA, porque é financiamento do sistema. Como é que faz? Esse é um
2166problema sério que nós enfrentamos e outros. Só para tentar clarear um pouco
2167nesse ponto.

2168

2169

2170**SR. CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS (DEA/MMA)** – Então,
2171seria continuidade a aprovação desse processo.

2172

2173

2174**SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Eu acho que sim.
2175Endossando o que Nilo colocou. Para (...) que tenha a intenção de construir um
2176Centro de Educação Ambiental ou mesmo que queira aperfeiçoar ou melhorar,
2177para você ter uma base teórica, para ter um referencial posto. E acredito que
2178futuramente o próprio gestor público vai falar: “Se não fosse do jeito para seguir
2179aqueles referenciais ali, não libera o recurso e não aprova. Com certeza, isso
2180vai acontecer. O importante é que ele produza um documento importante, para
2181que várias respostas possam ser dadas a Câmara Técnica de Assuntos
2182Jurídicos. Nós poderíamos responder rápido...

2183

2184

2185**SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Vamos
2186proceder a essas questões.

2187

2188

2189 **SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – O
2190 interessante é que talvez os casos que não se enquadram e sempre já
2191 existentes, a Rachel conhece mais do que eu, não sejam tantos assim e talvez
2192 nós pudéssemos inserir na recomendação já que o Ministério da Educação
2193 busca uma qualificação, o Projeto Político Pedagógico e equipe etc. talvez nós
2194 pudéssemos inserir nessa recomendação alguma forma de apoio do Estado
2195 para adequação de centros existentes qualificando-os. Não sei se isso seria
2196 possível? Não. Eu tenho medo é do recorte de exclusão. Nada?

2197

2198

2199 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Não funciona dessa maneira. Então, é só
2200 para os sistemas de educação da Secretaria de (...). Os recursos do Ministério
2201 da Educação são 100% voltados (...) muitas vezes diretos, que é pelo PDDE,
2202 Programa Dinheiro Direto na Escola, e também pela secretarias municipais e
2203 estaduais de educação e não para Centros de Educação, isso não existe. Eu
2204 não vejo nenhuma possibilidade de alguma coisa do tipo benefícios financeiros.
2205 Os benefícios que nós podemos oferecer aqui são como orientação mesmo e
2206 como uma maneira de qualificar de torná-los mais consistentes e efetivos. E eu
2207 vejo que tem detalhes aqui, que é muito difícil, assim, é muito vago. Tipo
2208 disposição de espaços de forma a possibilitar proposições dialógicas como a
2209 disposição dos assentos e salas em formato circular. Eu acho que é um
2210 pouco... É... É assim que se gostaria que fosse (...) de educação ambiental,
2211 que eu acho que não convém legislar desta forma. Eu acho que tem muito
2212 detalhe aqui.

2213

2214

2215 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Vamos dar
2216 andamento e nós vamos tratando de disso no andamento. Vamos à primeira:
2217 Questão de Ordem Geral, o documento sugere critério e diretrizes a quem?
2218 Aos órgãos do SISNAMA. SISNAMA é o órgão mais competente.

2219

2220

2221 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – São as empresas.

2222

2223

2224 **SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – As
2225 empresas não são órgãos do SISNAMA. Porque nós não somos órgão do
2226 SISNAMA. Eu acho que é por aí.

2227

2228

2229 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Instituições de poder público.

2230

2231

2232 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Substitui o
2233 SISNAMA, então?

2234

2235

2236 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Os órgãos (...).

95

2237

2238

2239 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – B, por
2240 sugerir um ordenamento que pretende se ter o reconhecimento do poder
2241 público, sim ou não? É possível. Sim.

2242

2243

2244 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Sim. (...).

2245

2246

2247 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Mas ele
2248 gravou lá e não saberia repetir. Referenciais mínimos que garantam a
2249 qualidade e funcionamento.

2250

2251

2252 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Que garantam...

2253

2254

2255 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Que
2256 garantam qualidade e funcionamento. Dessa qualidade aí, envolve os aspectos
2257 e Projetos Políticos Pedagógico, Educação Ambiental, Crítica e Formação de
2258 Cidadania etc.. Se quiser colocar entre parênteses esse (qualidade) a que
2259 qualidade nós nos referimos. Então, essa qualidade aí não é cadeira e mesa,
2260 essa qualidade é de projeto. A equipe técnica e a metodologia, interação com a
2261 sociedade, equipamento... Projeto Político Pedagógico... Espaços e
2262 equipamentos Educativos... Para explicar para você... E dá 3 pontinhos etc.
2263 Está bom, Rachel? Porque a recomendação foi escolhido em vez de
2264 Resolução, que é apta a baixar comandos? Por que recomendação em vez de
2265 Resolução? Rachel, qual é o texto?

2266

2267

2268 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Porque a proposta mesmo dessa
2269 recomendação, simplesmente, não é engessar é ao contrário, é abrir as
2270 possibilidades para qualificar. Dá orientações para qualificar esses centros e
2271 não normatizar. Ver lá se está, por que foi escolhido recomendação? Porque
2272 não se tem nenhuma intenção de estabelecer normas e se cercear, mas
2273 simplesmente de orientá-las. Ficou claro? A proposta do documento é dar
2274 orientações com base em experiências que são abertas e não cercear a
2275 possibilidade... Ao invés de “dar”, coloca fornecer. Orientar... Orientar e propor,
2276 diretrizes abertas. É orientar e fornecer diretrizes que não cerceiem. Com base
2277 em experiências que existem... Experiências existentes sem o intuito de
2278 cercear... E qualificar... A propósito é orientar, qualificar e propor referências
2279 com base em experiências... Iniciativas... Orientar e (...), com base em
2280 experiências existentes, sem o intuito de cercear iniciativas espontâneas ou de
2281 baixar comandos.

2282

2283

96

2284 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Está
2285 completo agora?

2286

2287

2288 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu acho que tem outro objetivo. Então,
2289 porque essa proposta é orientar política tal, e também dá visibilidade a esses
2290 centros de modo que eles possam crescer, que muito possam ser um... É
2291 questão de visibilidade para as empresas.

2292

2293

2294 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Eu vou
2295 fazer a leitura, então. Questões de Ordem específica. Ao enviar proposta de
2296 recomendação de acordo com o art. 10 do RI... Ao Plenário do CONAMA, a
2297 Câmara Técnica teve o objetivo recomendar a cerca dos termos de parceria, de
2298 que trata a lei 9.790, de 3 de maio da 1999, que dispõe sobre as OSCIPs ou foi
2299 pensando que a argumentação pudesse ser usado por outro processos de
2300 licitação. Foi então, uma pergunta bem clara, que para fazer recomendação à
2301 secretaria... Parceria das OSCIPs, com uma recomendação que pudesse ser
2302 usada em processos de licitação. Se foi só para OSCIP ou para...?

2303

2304

2305 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Ou
2306 nenhum caso desses.

2307

2308

2309 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – É aberto.

2310

2311

2312 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Não se
2313 aplica a nenhum dos 2 casos, mas sim a...

2314

2315

2316 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Os CEAs podem ser OSCIPs ou não.

2317

2318

2319 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Ele
2320 pergunta duas ou se foi o processo paralisação. Nenhum dos dois.

2321

2322

2323 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Não, porque não... E nem vislumbra
2324 processos de licitação.

2325

2326

2327 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Para nós, que
2328 estamos digitando, é importante que a partir do momento que vocês discutam o
2329 assuntos, que vocês falem: “Podem digitar agora.” Porque nós ficamos sem
2330 saber se vocês estão só discutindo ou se aquilo já está acordado. Só para
2331 esclarecimentos.

99

2332

2333

2334 **SR. CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS (DEA/MMA)** – Essa
2335 história que levantaram das OSCIPs, que naquela lei que eles estão citando diz
2336 que o Estado fará convênios apenas com as OSCIPs. A OSCIP é a figura
2337 jurídica que se faz convênios com o Estado. Então, é para essas OSCIPs que a
2338 recomendação se dirige? Não é específica. Qualquer instituição que queira
2339 instituir uma CEA.

2340

2341

2342 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Agora, se aquele CEA decidir que ele
2343 quer tirar uma OSCIP para poder entrar em processo de licitação. É ótimo.

2344

2345

2346 **O SR. CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS (DEA/MMA)** – E não
2347 depende dessas diretrizes.

2348

2349

2350 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Não... Não tem esse foco. É quem define,
2351 é o próprio CEA, que tipo de instituição...

2352

2353

2354 **O SR. CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS (DEA/MMA)** – A
2355 segunda pergunta ali é: “Como foi pensado que a recomendação pudesse ser
2356 usada por outros processos de licitação? Já a pergunta A, é: “Se essa
2357 recomendação é para ser utilizada em processos de licitação?” A resposta é
2358 não. Não foi pensado não.

2359

2360

2361 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Se nós estamos
2362 criando essas recomendações, e gostaríamos que pelo menos, a iniciativa
2363 privado de outras iniciativas pessoais que vão se dar. Agora, o Governo, junto
2364 conosco, construindo referenciais mínimos, eu acho o seguinte, eu ia ficar
2365 muito sentido com essa Câmara por aqui, ver o Governo financiando
2366 construção de Centro de Educação Profissional, que não respeitasse as
2367 nossas diretrizes. Eu acho para que financiamento, no caso de licitação, o
2368 Governo que não acontece, o Governo não constrói nenhum Centro de
2369 Educação Ambiental.

2370

2371

2372 **A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Só para questão de Ordem, eu
2373 tenho um Centro de Educação de Justiça Ambiental no meu município, da
2374 prefeitura, tem uma empresa lá que tem um Centro de Educação também, que
2375 lá faz Educação Ambiental com as escolas e leva. O Centro pode fazer.

2376

2377

2378 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Só que eu vejo
2379 algumas Unidades de Conservação do Governo Federal, vejo em vários

2380ambientes que em alguns momentos vejo o Ministério do Turismo, inclusive
2381com projetos de financiamento do Centro de Educação Ambiental. E aí eu fico
2382imaginando... Mas se você, como Ministério, como Governo, no caso nosso,
2383com essas diretrizes, qualquer projeto que seja através do SESC e SENAC,
2384com certeza nós vamos seguir essas diretrizes aqui. Mas nós vamos seguir
2385essas diretrizes. Mas eu fico imaginando, o Governo licita ou vai contratar um
2386terceiro do dinheiro do Governo e não vai seguir. Quem que licita? Iniciativa
2387privado não licita não. Nós não precisamos de licitar nada. Nós olhamos o
2388menor preço, não somos regidos por nada disso, uma empresa de iniciativa
2389privada que não tem 8.666, nada disso.

2390

2391

2392**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Eu me
2393lembrei agora porque esta pergunta foi colocada. O José de Moraes está
2394fazendo muita falta aqui para poder lembrar a razão de cada pergunta. Essa
2395daí diz assim: Ao enviar proposta de recomendação, de acordo com o art. 10,
2396inciso III, do Regimento Interno. O que diz o inciso III? Diz assim:
2397“Recomendação – Quando se tratar de manifestação a cerca da
2398implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na
2399área ambiental, inclusive sobre os termos de parceria que de que trata a Lei
24009.790.”. O pessoal da jurídica, eles pegam muitos detalhes. Então eles falaram:
2401“Por que é recomendação e não Resolução?”. Porque recomendação aí eles
2402pegaram o que está escrito aqui. Então, o que está escrito aqui é que a
2403recomendação é uma manifestação a cerca de implementação de políticas e
2404programas, inclusive sobre os termos de parceria. Quer dizer, pode
2405compreender também termos de parceria, mas não exclusivamente. Então, na
2406minha opinião assim, a não ser que eu esteja enganado, a resposta ali é que
2407não. Realmente, que a intenção dessa recomendação é apenas manifestar
2408orientações para os Centros de Educação Ambiental, que podem
2409eventualmente ser alvo de parceria ou não. Eu acho que não está vinculando...
2410Porque eles pegaram a definição de recomendação que está no regimento.

2411

2412

2413**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Eu fico
2414triste, porque você se pode vir a financiar alguma coisa...

2415

2416

2417**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Eu acho que
2418é o seguinte, teria que explicar. Não a sugestão de redação, vou sugerir aqui...

2419

2420

2421**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Mas com
2422certeza essas bases vão ser utilizadas no SESC e SENAC, que eu falo pelo
2423sistema, com certeza.

2424

2425

2426*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2427

103

2428

2429 **SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (Novos Curupiras)** – Mas eu acho
2430 que a pergunta deles é visto pelo outro lado. Isso também pode ser
2431 considerado e deve ser considerado um critério para a seleção de uma
2432 instituição que quer fazer um convênio com o Estado?

2433

2434

2435 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Isso que eu estou falando.

24367

2437

2438 **SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (Novos Curupiras)** – O Estado
2439 deveria considerar, eu só faço convênio com você, se o CEA atender aqueles
2440 critérios. É um critério...

2441

2442

2443 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Pode ser a
2444 critério do órgão. Você não pode impor, porque não é uma Resolução, é uma
2445 recomendação. Então, só para nós redigíramos para ver se está de acordo
2446 com o que vocês estão pensando. Eu sujaria o seguinte. Não, porque a
2447 recomendação apenas apresenta uma orientação à formação do CEAs que
2448 podem ou não, de acordo com o Órgão Executivo local, representar termo de
2449 parceria ou outras formas de licitação, de atividades. Entendeu de atividades.
2450 Eu não sei esta é a boa a redação, porque ao enviar a proposta de redação
2451 não houve um objetivo de recomendar explicitamente termos de parceria ou
2452 outras formas de licitação. É uma orientação... Apresenta uma orientação que
2453 podem ou não representar termos de parceria e isso? Não. Para os CEAs. Eu
2454 posso explicar. A lei que criou as OSCIPs, é a Lei 9.790/99, estabeleceu o
2455 seguinte: Primeiro de tudo que as OSCIPs são reconhecido pelo Ministério da
2456 Justiça e elas têm condições porque vão ser submetidos também a Lei 8.666,
2457 podem fazer parcerias com órgão público e receber recursos para implementar
2458 os seus projetos. Agora, esses termos de parceria têm que ser validados pelo
2459 Conselho da política pública correspondente. Então, por exemplo, Educação
2460 Ambiental, vamos dizer, pode ser referendada no CONAMA e pode ser
2461 referendada no Conselho Nacional de Educação também. Em princípio eu acho
2462 que lei não define assim claramente. Um Conselho de política pública
2463 correspondente é que vai validar ou não o termo de parceria. CONAMA já fez
2464 isso para o fundão, que é do Estado do Piauí, que é uma ONG, uma fundação,
2465 na verdade, do Estado do Piauí, que cuida ali daquelas áreas da Serra de
2466 Capivara, que tem caverna e tem sítios arqueológicos e tal. Então, o CONAMA
2467 já aprovou um termo de parceria em 2004, parece-me para que essa fundação.
2468 O que a jurídica fez não é nada tão complicado assim, ela apenas se ateu ao
2469 que o regimento diz que recomendação no CONAMA é um instrumento de
2470 decisão que manifesta se quer uma manifestação a cerca de implementação
2471 de política e de programas, inclusive sob termo de parceria. Quando se
2472 aprovou o termo de parceria com a (...), o instrumento o que CONAMA usou foi
2473 uma recomendação. Então, eles pegaram ao “pé de letra”, recomendação do
2474 CONAMA é isso que está esqui escrito no Regimento. É isso que eles
2475 quiseram fazer mesmo? Está dirigido o termo de parceria? Não exatamente,

104

2476quer dizer, pode ser também um CEA, que pode se tornar um OSCIP e
2477estabelecer um termo de parceria com órgão estadual ou municipal, para
2478receber dinheiro para a implementação a política. Mas eu acho que mais em
2479cima do “muro” que aqui... Mas eu acho que é o que está dito lá. Talvez não
2480seja muito duro, talvez não necessariamente, porque a recomendação... Não
2481necessariamente. Porque a recomendação apenas apresenta uma orientação
2482para os CEAs que podem ou não firmar, não é representar. É firmar termo de
2483parceria com órgãos do poder público. Eu acho que é isso. *(Intervenção fora*
2484*do microfone. Inaudível).*

2485

2486

2487**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Podemos
2488passar para a próxima? B, instrumento da recomendação pode gerar
2489expectativa as instituições que criarem CEA, sem nenhum rebatimento na
2490esfera do Estado. Ou seja, os CEAs seguirem as recomendações poderão
2491solicitar as chancelas, reconhecimento ou benefício do poder público, ou que
2492não será possível na forma da recomendação e sim de Resolução. Para
2493seguirem as recomendações, o que eles querem é isso.

2494

2495

2496**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Isso é importante para os coletivos educadores
2497e outros espaços educadores, que estão sempre pedindo uma chancela que
2498eles podem negociar patrocínio em outras nas localidades. Isso é importante
2499para eles. Recentemente nós demos várias cartas de chancelas para (...) que
2500eles pediram. O que eu pergunto para eles, como eu dou a chancela, se você
2501me demonstrar que tem um Projeto Político Pedagógico que você seguiu as
2502diretrizes dos coletivos educadores. É importante que as diretrizes existam, e
2503eu possa omitir um ofício de chancela a instituição, que está seguindo as
2504diretrizes, com que isso na mão, ela pode alavancar recurso no seu próprio
2505território. Então, eu acho que a resposta é sim. E essa é uma prática usual eles
2506pedirem aos órgãos de Governo que chancela, que dê um ofício de chancela
2507para que possam buscar recursos seus próprios territórios. Ou seja, aquela
2508autonomia que nós vivemos dizendo que eles devem ter, não ficar dependo de
2509recursos nossos, mas o que nós podemos fazer? Nós damos uma chancela,
2510desde que eles significam as diretrizes.

2511

2512

2513**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Eu acho
2514que nós deveríamos colocar a questão das chancelas como um benefício
2515indireto, porque o benefício maior é a qualificação dos centros. A chancela é
2516um benefício indireto. Parece-se que está todo mundo querendo responder em
2517cima do “muro” dessa vez nós podemos estar colocando que sim, que a
2518chancela ao seguir a recomendação pode haver um benefício indireto da
2519chancela para o poder público decidir em caso a caso, em cada esfera do
2520Governo, porque é a autonomia que cada esfera do poder tem. Pode ser por aí,
2521gente? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Então, vamos colocar.
2522Precisa responder que sim, que a seguir as recomendações ou seguir a
2523recomendação... Para seguir as recomendações essa pode gerar benefícios

2524indiretos, ou seja, chancela do poder público, na forma de chancela do poder
2525público, pleiteadas caso a caso, em cada esfera do poder. Porque se for
2526municipal, estadual ou federal enfim... Caso a caso, em cada esfera do poder.
2527Ou pleiteadas e analisadas, caso a caso... De cada esfera do poder.
2528(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

2529

2530

2531**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Nós vamos almoçar hoje por acaso?
2532(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

2533

2534

2535**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – A questão de ordem da Rachel,
2536vamos votar? Para nós estendermos?

2537

2538

2539**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então, ficou
2540finalizado o texto, Rachel?

2541

2542

2543**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – São 5 para as 13h.

2544

2545

2546**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – O seguinte,
2547essa pauta aqui é a última da Ordem do Dia, na sequência vai ter Informes e
2548encerramento. Então, essa é a última matéria em reunião. Ok?

2549

2550

2551**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Nós podemos ficar até 13h30?

2552

2553

2554**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Quantas
2555perguntas têm para serem respondidas? A, B, C, D... São 3. Vamos liquidar.
2556(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Não vamos perder. Vamos tocar...
2557Vamos embora.

2558

2559

2560**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Insistir na recomendação.
2561(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Está vendo, a 4 já fala aquilo que
2562nós falamos. Vamos responder. É a mesma do de cima que ele está
2563perguntando. Ele está repetindo. Está perguntando a mesma coisa. Bota item
2564anterior. Mas nós só temos que responder, eu não vi ainda... É exatamente. É
2565isso aí. É a resposta para o B e o C. É. Está explicando. A questão C, ela está
2566explicando, não é isso? Isso. Está ótimo. (*Intervenção fora do microfone.*
2567*Inaudível*).

2568

2569

2570**O SR. CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS (DEA/MMA)** – Por
2571outro lado, uma Resolução neste tema de Educação Ambiental deve ter a

109

2572cautela de não impedir ou dificultar as iniciativas espontâneas da Educação
2573Ambiental como, por exemplo, os CEAs, como parece ter sido objetivo de
2574Câmara Técnica propor uma Resolução para tal questão é...

2575

2576

2577**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – É isso aí.

2578

2579

2580**O SR. CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS (DEAMMA)** – Tal
2581questão é de mérito e deve ser resolvido pela Câmara Técnica que poderá,
2582caso entenda que a proposta deve vir como Resolução e estabelecer preceitos
2583para não disputar tais iniciativas.

2584

2585

2586**A SR^a. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Concordamos, é claro. É isso aí.
2587Eles fizeram tanta coisa só para nós pensarmos. Eles... Eles falaram que a
2588Resolução tem que ter cuidado. Aquilo que você falou, Claudison... Aquilo.
2589Isso, para explicitar essa concordância... Está certo. Esse item. Aquela nota ali
2590que você falou.

2591

2592

2593**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Concorda e
2594vai explicitar no corpo do documento, no corpo do documento o quê?

2595

2596

2597*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2598

2599

2600**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então, a
2601sugestão contida...

2602

2603

2604*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2605

2606

2607**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Vocês
2608querem redigir então.

2609

2610

2611*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2612

2613

2614**A SR^a NÃO IDENTIFICADA** – Vai fazendo o texto.

2615

2616

2617*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2618

2619

110

2620 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Tem mais
2621 alguma questão, alguma pergunta ou só era essa? Olha. Então estão
2622 completada as questões todas foram respondidas. Eu acho que agora só cabe
2623 dar uma olhada se no texto não tem nada influentes qualquer que...

2624

2625

2626 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2627

2628

2629 **SRª. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Vai tirar aquele negócio dos
2630 espaços?

2631

2632

2633 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2634

2635

2636 **SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – A proposta limpa
2637 já está em tela. Então se quiserem fazer alguma alteração é só falar. Está
2638 aberta em tela. Acabou de salvar.

2639

2640

2641 **SRª. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – É essa. Está repetindo. Recomendo
2642 diretrizes para implantação da... E melhoria da organização dos CEAs. Ótimo
2643 retira isso. Tem que botar em vermelho. Ou não?

2644

2645

2646 **SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Vai voltar.

2647

2648

2649 **SRª. KÁTIA PEROBELLI (ANAMMA)** – Tem que voltar para jurídica não é?

2650

2651

2652 **SR. NÃO IDENTIFICADO** – Recomenda diretrizes para implantação e
2653 melhoria da organização.

2654

2655

2656 **SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Tem que recuperar qual é a...

2657

2658

2659 **SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Licença, a mais
2660 uma vez vou pedir que nós falemos ao microfone porque a estenotipia não está
2661 aqui eu vai ter que fazer a transcrição depois só escutando o áudio, então a
2662 identificação e microfone.

2663

2664

2665 **SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – No considerando que ficou, nós
2666 eliminamos, suprimimos aquele primeiro considerando, no segundo
2667 considerando, nós precisaríamos acrescentar a Resolução CONAMA que foi

113

2668aprovada. Então ela ficaria assim, considerando a necessidade de
2669compatibilizar o funcionamento do CEA com os princípios estipulados pela lei
26709795, não é 96 de 99, está errado o número. E pelo decreto 2002 que
2671estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, pelo programa nacional
2672de Meio Ambiente, CONEA, pela Resolução CONAMA que estabelece, eu nem
2673me lembro o nome exato da nossa Resolução que foi aprovada em 2010,
2674talvez tenha que pesquisar agora eu não sei. Essa aí nessa página mesmo. De
2675educação ambiental. É de educação ambiental.

2676

2677

2678(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

2679

2680

2681**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Tudo que você fala pedagógico são referenciais
2682que nós estamos trazendo... Só falar das diretrizes dá conta.

2683

2684

2685**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – A Questão é mais com relação ao ponto
2686jurídico. Eu não sei eu acho que eles gostam de diretrizes quando eu falei
2687orientações o Nilo falou não. Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e
2688projeto de educação ambiental conforme lei e dá outras providências. Aí
2689continua e pelo catálogo de educação ambiental... Espaços e equipamentos...

2690

2691

2692**A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Só uma questão
2693de organização, a supressão da proposta anterior foi aprovada não é? É o
2694deslocamento para a ementa está aprovado? Todo mundo estava de acordo
2695não é isso? Como é que vocês querem proceder? Vocês querem continuar à
2696leitura? Então vamos lá.

2697

2698

2699**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Vamos lá? Art. 1º

2700

2701

2702**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Você faz a
2703leitura?

2704

2705

2706**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Nos considerando, agora não está se
2707propondo a ler e quem tiver alguma coisa fala na hora.

2708

2709

2710**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então eu
2711vou fazer a leitura inteira? Vamos lá. Mas nós vamos ficar sem quorum para
2712qualquer decisão.

2713

2714

114

2715 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Mas ele não é quorum de qualquer jeito
2716 ele não é Conselheiro.

2717

2718

2719 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Tem uma pendência também para a pauta que é
2720 sobre o cadastro nacional dos coletivos educadores, e a nossa posição é
2721 arquivar e encerrar esse assunto. Se alguém tiver alguma outra coisa quanto a
2722 isso.

2723

2724

2725 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Está na
2726 pauta isso aí? Está nos informes. É retirar essa proposta. CONAMA...

2727

2728

2729 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Que no futuro os coletivos Fortalecidos entram
2730 novamente com essa proposta porque nós não temos nem massa crítica para
2731 gerar um cadastro.

2732

2733

2734 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Estão todos
2735 de acordo. Ok.

2736

2737

2738 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Preciso justificar? Precisa de alguma
2739 justificativa, algum escrito.

2740

2741

2742 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Se for o
2743 caso de querer incrementar não vejo mal nenhum. Você quer mandar por
2744 escrito?

2745

2746

2747 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Pode ser. Pode mandar por escrito então.

2748

2749

2750 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então pode
2751 encaminhar por escrito a justificativa.

2752

2753

2754 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu queria fazer uma consideração também abrir
2755 aqui um parênteses, eu estava falando com o Nilo que eu queria fazer um
2756 encaminhamento aqui na Câmara Técnica, uma proposta de recomendação
2757 para a inclusão no currículo das Faculdades de Arquitetura e urbanismo a
2758 matéria de arquitetura sustentável. Então isso poderia ser feito via Câmara
2759 Técnica ou diretamente, ou encaminhar ao Nilo para ele fazer essa proposição
2760 na Plenária ou como forma de moção, eu pergunto a vocês se tem algum eco
2761 que não seja de apoio de encaminhamentos?

2762

117

2763

2764 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Na forma de moção?

2765

2766

2767 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Na forma de moção também, mas de
2768 encaminhamento uma proposta de recomendação.

2769

2770

2771 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – É isso que é que o problema. Eu fico
2772 pensando é o MEC o MEC o Conselho Nacional. Não é o MEC. É o Conselho
2773 Nacional de Educação que é um Conselho muito diferente do CONAMA. Ele é
2774 um Conselho bicameral e que a Câmara de educação básica e a Câmara
2775 Técnica de educação superior. Só tem essas duas Câmaras. E eu não sei eu
2776 acho que eu não sei e ó CONAMA que precisa.

2777

2778

2779 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O CONAMA recomenda.

2780

2781

2782 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Porque nós temos até um texto nem é
2783 recomendação, é um texto trabalhando a obrigatoriedade desse campo de
2784 sustentabilidade e meio ambiente e todas as licenciaturas e os bacharelados
2785 estão no ensino superior, não é só em arquitetura que é importante é em todas
2786 as áreas do conhecimento.

2787

2788

2789 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – No ensino médio, técnico...

2790

2791

2792 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Então e no tecnológico também, nós
2793 temos essas diretrizes que nós já mandamos e inclusive passou por Consulta
2794 Pública na sociedade, mas eles não acolhem talvez nós precisássemos pensar
2795 em uma estratégia de conseguirmos isso, eu acho que teria que ser um
2796 movimento muito forte de ambientalista. Os Conselhos, isso implica não é nem
2797 como recomendação é como diretrizes curriculares mesmo que nós tentamos
2798 fazer.

2799

2800

2801 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A ideia seria também o que o CONAMA desse
2802 essa força também, porque no mínimo ela ia auxiliar a força e por informe de
2803 solicitação de recomendação que ainda reforçado com uma moção eu acho
2804 que botar lenha na fogueira do assunto. É nesse sentido.

2805

2806

2807 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Eu acho que sim, e eu posso inclusive
2808 passar para você o texto que nós trabalhamos.

2809

2810

118

119

2811 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – A minha
2812 sugestão é que essa proposta do Paulo acho muito interessante que só amplie,
2813 formação superior, técnico nível médio e tecnológico e formação iniciada e
2814 continuada pegando as três guias.

2815

2816

2817 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – A formação inicial e continuada de
2818 professores.

2819

2820

2821 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Não só,
2822 todos os cursos livres quando você trabalha, vocês dividem em três categorias
2823 formação inicial continuada é que pega um curso de capacitação, de
2824 qualificação, curso de garçom, cozinheiro e tal. Técnico e tecnológico é outro
2825 nível e superior, vocês separam os três segundo as novas leis de diretrizes e
2826 base de educação.

2827

2828

2829 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Esses cursos quando são formais e
2830 reconhecidos pelo MEC, eles são só cursos de ensino básico, tecnológico.

2831

2832

2833 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – A minha
2834 sugestão em relação a moção é que ela compreenda todo o sistema
2835 educacional brasileiro. Então nas suas três catarias além dessa moção que
2836 você construiu em torno da formação superior e tecnológico estou só sugerindo
2837 que inclua também a formação inicial e continuada que compreenderiam os
2838 demais cursos.

2839

2840

2841 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Eu não entendo o que você chama de
2842 formação inicial e continuada.

2843

2844

2845 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Eu não,
2846 vocês, o MEC que define lei diretrizes básica de educação.

2847

2848

2849 **A SRª. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Olha como nós trabalhamos com a
2850 questão da educação, da formação nem sei se é o momento de se fazer isso
2851 agora que nós não vamos finalizar aquilo que nós já tínhamos começado. A
2852 formação inicial e continuada é para professores.

2853

2854

2855 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – É só
2856 questão de ordem, questão de ordem o Paulo sugeriu uma moção parece o
2857 que grupo concordou eu estou só pedindo, sugerindo. Eu sou democrata. Se
2858 vocês acharem que não, que isso deveria ser um tema só para educação

120

121

2859superior ok. Eu estou só sugerindo isso que seja ampliado, agora a forma de
2860redação é um detalhe que nós podemos discutir depois estou usando a
2861nomenclatura que vocês usam, o SENAC usa curso de capacitação outros
2862nomes.

2863

2864

2865**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Na
2866verdade, nós pulamos isso na pauta.

2867

2868

2869**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Essa
2870discussão aqui não vai caber. Era só para poder aprovar.

2871

2872

2873**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Tem um
2874informe, nós temos que retomar as duas colegas já retiraram.

2875

2876

2877**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Então essa
2878questão era só uma colocação entre parênteses por causa da saída dele, mas
2879o que era necessário mesmo é dar continuidade nisso e nós podemos
2880continuar com a discussão depois.

2881

2882

2883**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Você tinha razão.

2884

2885

2886**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Vamos lá.
28871: 20 o prazo agora é da Raquel.

2888

2889

2890**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – *(Intervenção fora do microfone.*
2891*Inaudível).*

2892

2893

2894**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então
2895vamos terminar?

2896

2897

2898**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Aí tem outro informe do CER.

2899

2900

2901**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Nós já
2902concluimos ali. Vamos incluir para nós... Bom. Diga.

2903

2904

2905**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Preciso ler
2906todo? Todo mundo não já leu? Alguém acha que tem necessidade de leitura?

122

123

2907

2908

2909 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Vamos dar destaque.

2910

2911

2912 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Alguém
2913 acha a necessidade de fazer leitura? Senão nós já partimos já direto, então
2914 vamos direto sem leitura. Vamos direto.

2915

2916

2917 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Precisa ser remetido isso.

2918

2919

2920 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Vamos
2921 direto sem a leitura.

2922

2923

2924 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A Raquel tinha contribuições. Acabaram suas
2925 contribuições?

2926

2927

2928 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Não.

2929

2930

2931 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Espera aí gente, se nós pretendemos acabar
2932 isso aqui hoje, nós tínhamos que pegar as contribuições dela e colocar no
2933 texto.

2934

2935

2936 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2937

2938

2939 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Licença. Só uma
2940 consideração também, Além das contribuições da Raquel, é importante checar
2941 se a Resolução ela está de acordo do que foi respondido pela CTAJ. Isso a
2942 partir das respostas que forem feitas da CTAJ se não tem que fazer alguma
2943 alteração na Resolução, que se a Resolução voltar como ela veio para cá sem
2944 nenhuma adequação os quesitos da CTAJ, eles vão devolver novamente.

2945

2946

2947 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2948

2949

2950 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Mesmo
2951 apresentando o teor a Raquel apresentando, mas é complicado porque estou
2952 meio dividido para cuidar disso aqui. E não vai ter quorum? Então não pode
2953 deliberar. Então não ainda fazer.

2954

125

2955

2956 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Mesmo sem quorum nós não podemos depois
2957 ela dá um ok?

2958

2959

2960 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Não sei.

2961

2962

2963 **A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Vocês podem só
2964 discutir, mas nada pode ser deliberado e aí vai precisar de uma aprovação da
2965 Câmara Técnica posteriormente.

2966

2967

2968 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então eu
2969 sugiro que isso daí seja feito Raquel, você não pode preparar isso e deixar
2970 pronto para outra reunião e já nem discute e nós não perdemos tempo. E na
2971 próxima reunião estará aí.

2972

2973

2974 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Veja bem Raquel, quando a Câmara de
2975 assuntos jurídicos trazem todos aqueles questionamentos, é porque essa
2976 Resolução não ficou recomendação. Ela tem um toque de Resolução, nós
2977 temos que fazer uma releitura, rever para não ter que voltar para não correr o
2978 risco de nem ir para o plenário.

2979

2980

2981 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É por isso que a reunião é para o dia inteiro.

2982

2983

2984 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Mas, a
2985 Raquel não a competência para fazer isso?

2986

2987

2988 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Tem.

2989

2990

2991 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então.

2992

2993

2994 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Mas, não pode aprovar.

2995

2996

2997 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Não, não
2998 vou aprovar não, vou deixar pronto.

2999

3000

3001 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3002

126

127

3003

3004 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eram 7 pessoas que...

3005

3006

3007 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – 9.

3008

3009

3010 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só tinham 7 pessoas que...

3011

3012

3013 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3014

3015

3016 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Além das
3017 Comissões como nós mudamos respondendo aquelas questões iniciais da
3018 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, nós vamos ter que à luz dessas
3019 alterações que estão sendo discutidos agora ainda rever adequação em função
3020 das respostas que nós demos, e isso não vai dar tempo de fazer. Isso seria
3021 trabalho para duas ou três horas por aí. Fazer esses ajustes aqui é
3022 fundamental, mas depois tem que fazer a releitura olhando para aquelas
3023 respostas que nós demos e não retornaram de novo.

3024

3025

3026 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Eu acho que uma
3027 sugestão de encaminhamento, como à tarde não vai ter quorum o resultado
3028 fica como não teve tempo de ser deliberado e vai ser pautado na próxima
3029 reunião. Então Na próxima reunião nós continuamos essa discussão com as
3030 inclusões da Raquel se ela preferir colocar agora nós colocamos as discussões
3031 da Raquel, mas a adequação da Resolução com os quesitos da CTAJ.

3032

3033

3034 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Uma
3035 pergunta, foram encaminhadas as respostas para a Câmara de Assuntos
3036 Jurídicos?

3037

3038

3039 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Eu acredito se a
3040 adequação da Resolução com as respostas, eu acho que corre sério risco de
3041 ela retornar. É incompleto ela vai dizer que nós não fizemos o dever de casa.

3042

3043

3044 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Com
3045 relação ao item 44.1 sobre o seminário da Educação Ambiental? Sim. Câmara
3046 deliberará sobre o encaminhamento do processo. Não compreendi bem,
3047 aguarda a manifestação do presidente.

3048

3049

128

129

3050 **O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (Novos Curupiras)** – Presidente, nós
3051 precisamos tomar uma decisão que após isso se não, quem vai fazer a ata vai
3052 ficar enlouquecido.

3053

3054

3055 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – E o
3056 seguinte a Raquel está ali trabalhando ali no que ela pode fazer e nós não
3057 estamos tendo competência para isso. Estamos dando andamento para ganhar
3058 tempo.

3059

3060

3061 **O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (Novos Curupiras)** – Isso aqui tem
3062 que manifestação do presidente, uma sequência aí.

3063

3064

3065 **A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Uma questão de
3066 ordem também é só um esclarecimento sobre esse processo, é um seminário
3067 que já ocorreu, já tem um tempo tem os seus resultados e aí tem que ter uma
3068 apreciação da Câmara Técnica dizendo optando pelo resultado. Então é só
3069 uma apreciação da Câmara Técnica sobre o encaminhamento. Talvez ou
3070 arquivamento ou se algumas coisas... Inclusive esse resultado ele foi a 21ª
3071 reunião. Então foi a reunião anterior.

3072

3073

3074 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Esse
3075 seminário gerou uma série de recomendações e proposições.

3076

3077

3078 **A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – E aí cabe à
3079 Câmara Técnica decidir o que vai ser feito a partir desses resultados.

3080

3081

3082 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Já foi
3083 encaminhado.

3084

3085

3086 **A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – O resultado já está
3087 pronto. Isso, saber o que vocês vão deliberar a partir desses resultados.

3088

3089

3090 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Eu suponho
3091 que todos os Conselheiros tenham lido esse relatório.

3092

3093

3094 **A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – É de maio de
3095 2009.

3096

3097

130

131

3098 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Eu
3099 pressuponho que tenham lido, senão não dá para discutir esse documento.

3100

3101

3102 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Daquele evento em Salvador.

3103

3104

3105 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Mas dessa
3106 vez na convocação foi exatamente o link para acessar para leitura. Na
3107 convocação dessa reunião estava lá o link do processo para acessar o
3108 documento inclusive imprimir e está aqui. Então se a maioria dos Conselheiros
3109 não tiver lido eu sugiro o seguinte encaminhamento Sr. presidente que nós
3110 encaminhemos esse item para a próxima reunião.

3111

3112

3113 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Você
3114 poderia fazer esse fechamento com o seu conhecimento? A sua palavra e...

3115

3116

3117 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – E extensa a
3118 quantidade das propostas são extensas caberia que cada Conselheiro
3119 sugerisse sobre isso, então pressupõe que todos tenham lido esse relatório.
3120 Sugiro encaminhar de qualquer maneira o relatório é muito extenso, e que os
3121 Conselheiros leiam esse documento para poder deliberar sobre ele na próxima
3122 reunião.

3123

3124

3125 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Olha como
3126 são vários e é extenso inclusive para nós analisarmos e depois fazer um
3127 encaminhamento, e é o que o Conselheiro está recomendando nós deixemos
3128 isso para a próxima reunião, senão nós vamos fazer no tapa e...

3129

3130

3131 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Agora
3132 recomendando que todos Conselheiros leiam o documento.

3133

3134

3135 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só para dar algum esclarecimento.

3136

3137

3138 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Rapaz, eu
3139 estou com o relatório todo impresso aqui, mas eu acho que não funciona dessa
3140 forma entendeu? O relatório está aí são vários grupos de trabalho e a partir
3141 desses grupos de trabalho foi uma discussão nacional, então é preciso apreciar
3142 um por um eu acho que tem o critério de cada eu acho que não cabe aqui eu
3143 julgar, inclusive porque eu fui o coordenador desse seminário então eu sou
3144 suspeito para falar não cabe julgar o que é mais importante ou não, eu acho

132

133

3145que cabe o conjunto dos Conselheiros fazerem a leitura e trazer as suas
3146observações.

3147

3148

3149**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Então nesse caso nós vamos fazer a leitura.

3150

3151

3152**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** –
3153Recomendar que todos leiam para que na próxima reunião possamos fazer
3154essa apreciação.

3155

3156

3157**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Se for o caso como o Henrique está sugerindo
3158ele sabe ter a leitura todo mundo fazendo as recomendações, e, porém não vai
3159ter eficiência porque não tem pauta. Não tem pauta não, não tem quorum. Tem
3160que ficar para a próxima.

3161

3162

3163**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Que horas são?

3164

3165

3166**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Uma e meia.

3167

3168

3169*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3170

3171

3172**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então
3173parece que fica claro que nós transferimos para a próxima reunião, o
3174entendimento e a leitura de todos os tópicos para avaliar e ver os próprios
3175entendimentos é isso?

3176

3177

3178**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Isso.

3179

3180

3181**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A câmara deliberara e você acha que dá para
3182nós resolvermos isso agora ainda sem intervalo?

3183

3184

3185**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Eu acho
3186que Sr. presidente que a adequação as questões que foram respondidas
3187inicialmente, que foram colocadas pela câmara do poder Jurídico fazendo
3188essas alterações essa adequação pode ser feita pela Comissão Técnica do
3189Ministério e enviada para todos os Conselheiros não? O regimento não
3190permite?

3191

3192

134

135

3193 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – O departamento
3194 de apoio não pode fazer isso, só a Câmara Técnica mesmo deliberando a
3195 Câmara Técnica.

3196

3197

3198 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3199

3200

3201 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Sinceramente eu
3202 acho que não tem outra saída, esse ponto tem que retornar na próxima reunião
3203 e ser novamente discutido para deliberação e finalização do ponto, para
3204 poder...

3205

3206

3207 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Questão de avançar mais um pouco seria o
3208 que?

3209

3210

3211 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – A Raquel
3212 está marcando aqui. Então vamos por em votação objetivamente quem quer
3213 por esse dois itens, aliás, esse item porque o outro já foi colocado para a
3214 próxima reunião? 1, 2, 3, 4 então ficam para a próxima reunião a conclusão
3215 desse item aí que é o...

3216

3217

3218 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Agora as
3219 contribuições da Raquel poderiam ser redigidas.

3220

3221

3222 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3223

3224

3225 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Eu queria
3226 só, se você puder Raquel se comprometer com o grupo de mandar as suas
3227 contribuições para a equipe de apoio, iria facilitar muito o nosso trabalho
3228 porque para preparar já com esses. É claro, mas era importante nós sabermos
3229 que ela está propondo e você faz uma nova versão.

3230

3231

3232 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então os
3233 Conselheiros aprovam a ideia do encaminhamento da Raquel para que seja
3234 colocado no corpo da próxima reunião, e aí se passa para a aprovação do texto
3235 e da concordância para ir para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos não é
3236 isso? Então tem os informes e o encerramento.

3237

3238

3239 **O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Vocês
3240 sugeriram outro e parou no meio do caminho.

136

137

3241

3242

3243 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – A
3244 recomendação da moção, então isso aqui na verdade era só trocar uma ideia
3245 com vocês e como eu tinha falado com o Nilo, eu queria propor aquele eu acho
3246 mais oportuno encaminhar a ele um pedido e parlamento fazer uma moção ao
3247 CONAMA. Agora se vocês quiserem fazer algum tipo de contribuição da moção
3248 e do encaminhamento como falou o Nilo, aí também eu acho que ficaria mais
3249 conteúdo.

3250

3251

3252 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3253

3254

3255 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Aí não tem
3256 nada eu falei com o Nilo, e ele falou não isso aqui não é o caso da Câmara
3257 Técnica dar encaminhamento.

3258

3259

3260 **SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (Novos Curupiras)** – Nós fizemos
3261 uma análise sobre o assunto, há concordâncias sobre ele, a Câmara Técnica
3262 ela pode se posicionar sobre isso. Porque quando você encaminhar a moção
3263 você pode citar a Câmara Técnica ratificando esse posicionamento dar mais
3264 peso na moção. Agora para isso deveria ser aprovado na Câmara Técnica
3265 dizendo que há conformidade, aí na redação da moção você cita tendo apoio
3266 ratificado pela Câmara Técnica de educação ambiental.

3267

3268

3269 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Mas,
3270 primeiro precisa ter a redação. Nós vamos aprovar depois sair à redação?
3271 Podemos aprovar agora todo mundo está a favor da ideia, agora vai ser feito a
3272 redação e encaminhado, mas puxa vida aí tem um conselho vazio.

3273

3274

3275 **SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (Novos Curupiras)** – Mas a redação
3276 não se tem? Não se dá para fazer?

3277

3278

3279 **SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Podemos
3280 fazer a redação agora.

3281

3282

3283 **SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (Novos Curupiras)** – Então vamos
3284 fazer a redação e já sai como moção para lá. Não é isso? Isso dá para fazer
3285 não dá três minutos.

3286

3287

138

139

3288**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Então o
3289encerramento fica incluído essa pauta de fazermos essa moção aqui. Então
3290vamos escrever? Vamos lá? Então...

3291

3292

3293**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Eu preciso mesmo
3294sair, eu tinha um informe para dar, posso dar porque é importante que fique
3295registrado sobre o encontro nacional das CEAS, que são as comissões
3296interinstitucionais de educação ambiental, que todos os 27 Estados quase
3297todos têm São Paulo ainda não tem a CEA, mas São Paulo não tem hoje eu
3298estou saindo daqui inclusive para a posse dos membros da CEA do Distrito
3299Federal que surpreendentemente boa surpresa para nós, e a CEA do Distrito
3300Federal tem na lei o Decreto que a criou-se 5% do orçamento das instituições
3301ambientais do Distrito Federal vão ser deliberados da sua aplicação pela CEA,
3302um tanto novo e interessante um avanço a CEA deliberativa e tem 5% do
3303orçamento de todos os órgãos ambientais do Distrito Federal para deliberar
3304sobre como aplicar. Nós vamos reunir agora 19, 20, e 21 de outubro todas as
330527 CEAs, vem 3 representantes de cada Estado, eles estão preparado de
3306acordo com o roteiro que nós enviamos uma análise da sua situação, isso vai
3307ser apresentados em GTs, vai consolidar por regiões, vamos discutir os
3308problemas, os encaminhamentos para o ano que vem e vamos realizar
3309simultaneamente fomentando essa aproximação o Comitê Assessor do órgão
3310gestor que são 22 representantes da várias instituições, que vai fazer a sua
3311segunda e última reunião do ano e vão participar também da reunião da CEA,
3312isso tudo para tirar encaminhamentos que fortaleçam tanto o Comitê Assessor
3313quanto a CEA para a gestão do ano que vem que se inicia no ano que vem
3314para não haver descontinuidade nos processos que estão em andamento. É
3315importante como essa matéria é publicizada é tem a Sociedade Civil que não
3316tem acesso é importante que fique registrado, então essas duas reuniões a
3317última do Comitê Assessor e o encontro nacional da CEAs.

3318

3319

3320**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Constará
3321na ata. A Raquel já foi? Eu vou fazer o encaminhamento ao Nilo e
3322paralelamente ele concordou na ideia da fazer uma moção também na
3323Plenária. Então vai ter o mesmo texto. Eu posso de recomendação para
3324inclusão no currículo das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo a matéria de
3325arquitetura sustentável. Eu estou falando do texto para... A proposta de
3326recomendação ao MEC? Ao MEC. Para inclusão no currículo das Faculdades
3327de Arquitetura e Urbanismo.

3328

3329

3330**O SR. ERATÓSTENES DE ALMEIDA FRAGA LIMA (SEMA/BA)** – Não seria
3331uma coisa mais ampla, Sr. Presidente?

3332

3333

3334**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Não. Se
3335precisar nós mexemos. Inclusão do currículo das faculdades de Arquitetura e

140

141

3336Urbanismo a matéria de arquitetura sustentável. Agora em cima disso aí se
3337tiver na obrigatória. Eu já discuti isso com algumas pessoas, têm alguns cursos
3338que já tem isso, mas aí é da ementa em alguns casos tem, mas não é
3339obrigatório então é uma ou outra Faculdade que faz isso.

3340

3341

3342**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – A minha percepção
3343da questão ambiental tinha que trabalhar da forma transversal em todo e
3344qualquer curso. Todos os níveis tipos e níveis de cursos tinham que trabalhar,
3345agora a questão da incluir a disciplina é uma coisa complexa ao passo que
3346incluir a obrigatoriedade do Meio Ambiente em toda e qualquer, dar para
3347trabalhar tranquilamente, mas eu acho que a grande reflexão era a questão
3348ambiental sendo vista de forma transversal e como um instrumento. Em
3349qualquer disciplina que você imagina é possível que o docente trabalhe a
3350questão ambiental se ele for preparado para isso, ele pode utilizar como
3351recurso didático pedagógico com experiências a fauna, a flora, a água.

3352

3353

3354**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Eu
3355concordo com você, mas aí teria que fazer um texto bastante objetivo e claro,
3356porque teria uma abrangência muito maior se falarmos só de arquitetura e
3357urbanismo é um tiro no reto, não implica que vai anular todas as outras
3358possibilidades.

3359

3360

3361**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Eu sei, a pergunta
3362primeira que eu faço é se já existe ou não.

3363

3364

3365**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** –
3366Normalmente não.

3367

3368

3369**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Porque não é o caso
3370nosso não só, nós levantamos uma tese aqui. Moção é uma tese vamos
3371chamar assim, de que deveria ser é uma tese que depois pode até se
3372transformar em resolução alguma coisa assim.

3373

3374

3375**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Resolução
3376não recomendação ao MEC.

3377

3378

3379**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Eu digo que moção é
3380uma tese que depois ela tem desdobramentos, observa nenhuma moção fica,
3381toda e qualquer moção ela tem desdobramentos.

3382

3383

142

143

3384(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

3385

3386

3387**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – De
3388arquitetura sustentável? Engenharia sustentável aí eu desconheço.

3389

3390

3391**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Presidente, só para contribuir, é que na verdade
3392pelo menos o que eu acompanho ainda sou um dos ainda tenho a perspectiva
3393da educação ambiental na transversalidade, mas existem outros grupos de
3394segmento que já não está bem claro inclusive eu já não sei nem qual é a
3395posição mais do MEC. Eu tenho participado de alguns encontros que hora
3396existe todo o encaminhamento para que a educação ambiental se transforme
3397em disciplina, inclusive com defesas de pessoas que anteriormente diziam da
3398alegação da transversalidade por quê? Porque não houve a funcionalidade,
3399então como é que se opera de fato não é trabalhar só o dia do meio ambiente
3400aí planta 3 mil mudas no município e pronto tem educação ambiental, mas a
3401continuidade da educação ambiental no parâmetro curricular não só como viés
3402em algum momento ser trabalhado, por exemplo, a matemática até hoje não
3403está bem claro você pega o livro, por exemplo, de português é muito incipiente
3404de matemática pior ainda que nem tem, e aí você vai colocando as outras
3405disciplinas e aí pontualmente, não é só colocar um desenho de uma árvore
3406que é educação ambiental. Então esse debate está profundo e aí eu participei,
3407por exemplo, de muitos encontros aí que a corrente é que se crie mesmo uma
3408disciplina, eu já estou até recuado e já quase concordando com essa
3409perspectiva por quê? É aquilo que nós estamos fazendo no debate
3410recomendação para de fato a Resolução, quer dizer quando nós trabalhamos a
3411perspectiva da conscientização verso a sensibilização é algo totalmente
3412diferente. Conscientizar você pode ter informação, mas tu não implementas no
3413seu cotidiano. Sensibilizado tu estas incorporando esse valor no teu cotidiano,
3414o que faz a pessoa não jogar um papel de bombom na rua sem ter nenhuma
3415pessoa ela? Está convencida de que ela pode estar causando o impacto
3416ambiental. Então quando você não faz e debruça uma atividade para estudar o
3417desenvolvimento sustentável, a educação ambiental, os procedimentos e as
3418sequelas você de fato não tem isso no cotidiano na vida.

3419

3420

3421**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Eu queria colaborar
3422com a fala perfeita e concordando com o que você está colocando, mas um
3423pouco de receio, por exemplo, quando eu pego um docente ele tem que
3424aprender a dar aula. Então a pedagogia ela é transversal porque ela precisa
3425daquelas ferramentas de pessoa que tem facilidade de ouvir, outras de visual,
3426auditivas são técnicas didáticas pedagógicas. O nosso entendimento sempre
3427foi a questão ambiental de forma transversal percorrendo todo e qualquer curso
3428qualquer problema de educação, mas para que isso aconteça eu acho que
3429talvez nós possamos deliberar Presidente, era no sentido de que entendido que
3430vale a pena insistir mais um pouco na questão da transversalidade antes de
3431abandonar, entendido que todos nós concordamos que a transversalidade seria

144

3432o melhor caminho, porque não acontece? De repente em tudo e qualquer
3433programa de aperfeiçoamento dos docentes ou de treinamento ou de
3434preparação dos pedagogos e docentes essa questão não está sendo posta,
3435então se nós fossemos obrigados a questão ambiental fosse dada em toda e
3436qualquer curso como uma ferramenta como é dada a ferramenta e
3437instrumentos pedagógicos e outros, aí sim aí eu acho que é uma coisa mais
3438efetiva porque o que está acontecendo eu concordo plenamente contigo, o
3439professor de matemática não sabe utilizar essa ferramenta ele acha bonito,
3440lindo, mas na hora de aplicar ele não sabe o professor de ciências ele não sabe
3441utilizar como recurso didático pedagógico o parque do lago da casa dele, ou
3442uma unidade de conservação e eles não sabem transformar isso em recursos
3443didáticos pedagógicos. Então está faltando talvez que nós pudéssemos tentar
3444avançar é em recomendação junto ao MEC, que ele coloque isso como uma
3445meta de ensinar essa turma a utilizar a questão ambiental como uma
3446ferramenta. A Raquel tem que ir embora logo, Raquel vai embora porque nós
3447vamos continuar discutindo aqui sem você. Eu estou brincando.

3448

3449

3450(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

3451

3452

3453**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Henrique,
3454deixa-me só colocar aqui, eu acho que nós vamos aprofundar o assunto e nós
3455vamos acabar perdendo a objetividade, que nós estamos falando em educação
3456ambiental e o objetivo aqui não é da educação ambiental é da arquitetura
3457sustentável. Não é educação ambiental. É arquitetura sustentável é
3458objetividade do uso de materiais de... Mas é que nós temos que dar uma volta
3459grande nós vamos querer resolver a história do... Mas como já existe curso de
3460arquitetura sustentável, já existe. Então...

3461

3462

3463**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – São diversas questões aí, eu como MEC
3464eu não posso assinar uma recomendação dessa como Câmara Técnica,
3465porque não está adequada a forma com que o MEC trabalha e o CNE e tudo, e
3466nós não eu não sei como funciona isso daí, eu concordo que tenha que ter em
3467todos os currículos de todos engenheiros mecânicos precisam também da
3468questão da sustentabilidade, todas as áreas de conhecimento precisam todas
3469de ciências e tecnologia, a partir da sustentabilidade para poder trabalhar.
3470Quanto ao que você está propondo é uma questão muito debatida e eu
3471entendo a ansiedade das pessoas que querem uma disciplina de educação
3472ambiental, nós ficamos alucinados que não conseguimos fazer isso
3473transversalmente, mas aí é que tem a ver com essa outra área essa moção
3474inclusive, é que a nossa proposta é de trabalhar em todas as licenciaturas
3475como obrigatório é uma disciplina, é uma área de conhecimento obrigatória na
3476formação da todos os professores em todas as áreas. Aí essa porque é uma
3477questão muito sofisticada. As questões ambientais estão se tornando cada vez
3478mais sofisticadas, e elas envolvem todas as áreas de conhecimento e nós
3479precisamos formar os professores na formação inicial e isso que é chamado de

3480 formação inicial na academia, na Universidade, nas graduações e nas
3481 licenciaturas. Então é aí que funcionaria muito bem você trabalhar essa área do
3482 conhecimento em todas as licenciaturas e em todos os bacharelados que daí
3483 entre todas as áreas. Mas aí precisa especificar tudo em cada área técnica,
3484 científica como é que a sustentabilidade deveria entrar. E nas escolas é um
3485 não para a disciplina, porque tem diversas experiências que não funcionaram
3486 de se colocar uma disciplina, em primeiro lugar quem é que forma esse
3487 professor a disciplina de educação ambiental? E em segundo lugar quem é que
3488 paga mais uma disciplina, mais professores, mais substitutos e em terceiro
3489 lugar vai ter que ter todo um currículo e provas e exame enquanto que se nós
3490 trabalhamos na formação dos professores essa transversalidade vai acontecer
3491 nas escolas, de uma forma muito mais orgânica ao invés de se criar outra
3492 disciplina que o MEC acho que não tem um dia que as nossas coordenações
3493 não recebam propostas de disciplinas de direitos humanos que são tão válidas
3494 quanto educação ambiental nesse sentido. Mas agora é uma forma de visão de
3495 mundo que nós precisamos trabalhar na formação dos docentes. E por último
3496 eu tinha, nós estamos trabalhando com escolas sustentáveis. O que quer dizer
3497 isso? São escolas que nós até colocamos no plano nacional de mudanças
3498 climáticas e que entrou também no Decreto presidencial que cria a educação
3499 integral, que são escolas que estão que têm as edificações, a gestão e o
3500 currículo voltados com critérios de sustentabilidade. E aí sim nós conseguimos
3501 tornar nós tornando fazendo a A3P, mas do que a A3P que é na construção
3502 dos prédios escolares. Na gestão e no currículo aí nós estamos
3503 transversalizando de forma muito mais orgânica as questões ambientais que
3504 não se resumem em não jogar papel no chão, mas em uma visão de mundo
3505 crítica, participativa e emancipatória com relação às questões da
3506 sustentabilidade da vida no planeta. Então simplesmente, dizer assim, vamos
3507 fazer uma moção para ter a disciplina de educação ambiental nas escolas ou
3508 no ensino superior e arquitetura sustentável, totalmente é totalmente
3509 pertinente.

3510

3511

3512 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Desse
3513 seminário saíram recomendações. O outro foi empresarial.

3514

3515

3516 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Foi empresarial. Mas aí...

3517

3518

3519 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Poderiam
3520 deliberar sobre isso uma proposta da Câmara Técnica?

3521

3522

3523 **A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Eu acho que isso seria muito
3524 interessante.

3525

3526

149

3527**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Vamos
3528então, aprovar aqui.

3529

3530

3531**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Eu acho que seria...

3532

3533

3534**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Uma
3535proposição da realização nos mesmos moldes que foi o seminário de educação
3536e o setor empresarial. É isso?

3537

3538

3539**A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Eu só acho que
3540nós temos que checar se isso atribuição do CONAMA, discutir essa coisa sobre
3541educação.

3542

3543

3544*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3545

3546

3547**A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Porque a
3548discussão foi sobre educação ambiental no setor empresarial, e não sobre
3549currículo escolar.

3550

3551

3552**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Agora e
3553sistema educacional. A educação.

3554

3555

3556**A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA/MMA)** – Está de uma forma
3557geral.

3558

3559

3560**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – De uma
3561forma geral que deve inserir esse tema, estou com dificuldade aqui. Precisa
3562sentar com os professores.

3563

3564

3565**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Na educação formal não formal e que é o
3566teor do nosso, da outra Resolução que foi aprovada. Ele já é um passo e ela
3567possibilita a realização desse e seminário.

3568

3569

3570**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – É um debate
3571extremamente importante. Agora nós vemos, por exemplo, porque que as salas
3572verdes pararam-se o incentivo em algo fundamental? Porque a agenda 21
3573estagnou que era maravilhosa a construção ficou pontual de pessoa visionaria
3574que não acredita e a trancos e barrancos estão fazendo, porque políticas

150

151

3575públicas dessas que hora tem resultados morreram. Então eu vou dizer que
3576não morreram estão em estágio de dormência para ser romântico, porque que
3577não se avança? Porque era uma experiência maravilhosa, e porque que não
3578capilariza isso? Muda a gestão e não vira na verdade uma política de Estado
3579uma política de Governo.

3580

3581

3582**A SR^a. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Essa a resposta para a sua questão é
3583essa, porque que não, se algumas coisas não tornam políticas públicas? É a
3584mesma coisa para conferência, as comidas.

3585

3586

3587**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – E essa Câmara
3588Técnica tem o cuidado com a reunião de a jurídica fazer norma, tem que
3589incentivar esbarra nisso e não sai, não acontece. Romântica essa Câmara.

3590

3591

3592**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Mas ela
3593pode fazer Resolução, ela pode indicar Resolução ao CONAMA.

3594

3595

3596*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3597

3598

3599**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Vamos
3600liberar o pessoal aqui também. E de qualquer maneira nós já estávamos no
3601encerramento e isso foi só um parêntese para ver.

3602

3603

3604**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Sair com um
3605encaminhamento eu acho que é um avanço essa questão do seminário, é de
3606fundamental importância defender casa isso aí.

3607

3608

3609**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Mas nós
3610precisamos de votação.

3611

3612

3613**O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Tem que chamar a
3614CTAJ, chama o MEC tem ouvir.

3615

3616

3617**O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Não temos
3618quorum para aprovação dessa pauta.

3619

3620

152

153

3621 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Já aprovou antes. Foi
3622 aprovado, só falta a formatação do diploma seria bom no seminário. A única
3623 dificuldade é aprovar a moção, mas se avançou com o seminário.

3624

3625

3626 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – O seminário
3627 qual é o nome que vamos dar? Seminário de educação ambiental, seminário
3628 sobre desafio de perspectiva da educação ambiental no setor empresarial e
3629 sindical.

3630

3631

3632 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Não é no setor
3633 empresarial.

3634

3635

3636 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Na área
3637 sobre desafios de perspectivas da educação ambiental no setor... Sistema
3638 educacional brasileiro.

3639

3640

3641 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Claro que esse nome tem que ser aperfeiçoado.

3642

3643

3644 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Isso é só
3645 para abrir o cachê, claro isso é só para... Está pautado.

3646

3647

3648 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3649

3650

3651 **O SR. ANTONIO HENRIQUE BORGES PAULA (CNC)** – Trazer experiência.
3652 Experiências fabulosas aí.

3653

3654

3655 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Diz-me esse encontro das CEA seria
3656 interessante que nós discutamos essa questão na Câmara Técnica, nós vamos
3657 poder participar como é que está? O CONAMA é convidado? Normalmente
3658 aquela conferência saúde ambiental envolvia também que os convidados de
3659 algumas pessoas do próprio CONAMA, nessa porque invés de ficarmos
3660 debatendo algo ficamos a distância. Nós não vemos quais são as experiências,
3661 as falas sentir próximo, quer dizer o CONAMA precisa aproximar da sociedade
3662 e não ficar só emitindo Resolução, que às vezes nós ficamos totalmente
3663 desfocado da realidade aí nós vamos está vendo os professores, os problemas
3664 das CEAs, do Estado, o diagnóstico para poder estar encaminho ano algumas
3665 coisas. Senão fica perdido.

3666

3667

3668 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

154

155

3669

3670

3671 **O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil Centro-Oeste)** – Gente,
3672 então, vamos encerrar a reunião e ficam todos aí convidados ao debate na
3673 hora do almoço. Muito obrigado a todos. Vocês também e fica marcada a
3674 próxima reunião para o dia? 30 de novembro então a próxima reunião da
3675 Câmara Técnica de Educação Ambiental. Obrigado a todos.

3676

3677

3678 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Agora é o que foi mudado.

3679

3680

3681 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Era para ser ter sido no começo, mudou já umas
3682 3 vezes a data dessa reunião da Câmara Técnica, mais um pouco não
3683 participava.

3684

3685

3686 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Vamos logo direto.

3687

3688

3689 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Já vou já com outro encaminhamento. Já estou
3690 no sacrifício aí termino de me matar.

3691

3692

3693 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Resolutividade do CONAMA.